



**UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA**

---

**MARCOS ROGÉRIO GOMES**

**POLÍTICA E MERCADO NO CAMPO DA  
ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
A MANUTENÇÃO DE “CLIENTELAS” NO PROCESSO DE  
LEGITIMAÇÃO DOS AGENTES ASSISTENCIAIS**

**MARCOS ROGÉRIO GOMES**

**POLÍTICA E MERCADO NO CAMPO DA  
ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
A MANUTENÇÃO DE “CLIENTELAS” NO PROCESSO DE  
LEGITIMAÇÃO DOS AGENTES ASSISTENCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Cleide Chiarotti Cesário.

Londrina  
2007

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

G633p Gomes, Marcos Rogério.

Política e mercado no campo da assistência social: a manutenção de “clientelas” no processo de legitimação dos agentes assistenciais / Marcos Rogério Gomes. – Londrina, 2007. 102f.

Orientador: Ana Cleide Chiarotti Cesário.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

Bibliografia: f. 99-102.

1. Políticas públicas – Teses. 2. Assistência social – Projeto Casa Abrigo – Teses. 3 . Doações – Teses. 4. Sociologia – Teses. I. Cesário, Ana Cleide Chiarotti. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 304

**MARCOS ROGÉRIO GOMES**

**POLÍTICA E MERCADO NO CAMPO DA  
ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
A MANUTENÇÃO DE “CLIENTELAS” NO PROCESSO DE  
LEGITIMAÇÃO DOS AGENTES ASSISTENCIAIS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Ana Cleide Chiarotti Cesário

---

Ana Maria Chiarotti Almeida

---

Marília Gomes de Carvalho

Londrina, 30 de março de 2007.

**DEDICATÓRIA**

*À Eveline, com amor.*

## **AGRADECIMENTOS**

Às Professoras Ana Cleide Cesário e Ana Maria Almeida, por terem combinado paciência, respeito, delicadeza e acima de tudo honestidade durante todo o período em que me orientaram. Obrigado por compartilharem comigo “bens” tão valiosos, como experiência e vigor intelectual.

A meus pais, pelo amor e obstinação com que trabalharam por esta conquista.

Especialmente à Eveline, com quem divido tudo na vida, assim como foi com a leitura e comentários de cada parágrafo deste trabalho. A vida nova que trazes no ventre me trouxe o estímulo e a felicidade para a realização desta árdua e necessária tarefa reflexiva.

GOMES, Marcos R. **Política e mercado no campo da assistência social: a manutenção de “clientelas” no processo de legitimação dos agentes assistenciais.** 2007. 93f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

## RESUMO

Este trabalho se debruça sobre algumas práticas políticas construtoras de filantropia e assistência social, avaliando como se organizou profissionalmente o atendimento governamental e privado a um público infanto-juvenil carente na cidade de Londrina, no Estado do Paraná, e mostrando como esta atividade esteve marcada pela administração municipal do prefeito Luiz Eduardo Cheida e de sua Secretária de Assistência Social Márcia Helena Carvalho Lopes, durante a gestão 1993/1996. A descentralização que ocorreu na administração, mas não no financiamento das políticas públicas no Brasil, contribuiu, entretanto, para que a implantação racionalizada de projetos assistenciais, até mesmo em municípios menos dependentes de outras instâncias federativas, como é o caso de Londrina, permanecesse relativamente dependente dos interesses políticos de determinados gestores, o que estimulou a barganha de recursos e condicionou o funcionamento de algumas instituições a costumes personalistas, a partir dos quais os princípios da dádiva puderam servir à manutenção de um “campo da assistência social”. Este “campo” se define por uma tácita e não declarada luta desigual que travam os filantropos, acostumados a realizar eventos de caridade ou a presidirem entidades beneficentes e sem fins lucrativos, contra o poder simbólico hegemônico de um corpo técnico de assistentes sociais racionalmente ordenados, pelo monopólio do atendimento a uma *clientela*, representada por um grupo de crianças e adolescentes que entram na ciranda de incontáveis recepções e evasões das diferentes unidades de atendimento do Projeto Casa Abrigo.

**Palavras-chave:** “Campo da assistência social”. *Clientela*. Dádiva.

GOMES, Marcos R. **Politics and market in the field of the social assistance: the maintenance of “clienteles” in the process of legitimation of the assistenciais agents.** 2007. 93f. Dissertation (Master’s Degree in Social Science) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

### ABSTRACT

This work investigates some practical construction politics of philanthropy and social assistance, evaluating as if it professionally organized the governmental and private attendance to a devoid infantile-youthful public in the Londrina city, the state of the Paraná, and showing as this activity was marked by the municipal administration of mayor Luiz Eduardo Cheida and his secretary of social assistance Márcia Helena Carvalho Lopes, during management 1993/1996. The decentralization that occurred in the administration, but not in the financing of the public politics in Brazil, contributed, however, so that the rationalizing implantation of assistance projects, even though in cities less dependents of other federative instances, as it is the case of Londrina city, remained relatively dependent of the interests politicians of determined managers, what it stimulated the bargain of resources and it conditioned the functioning of some institutions the personality customs, from which the principles of the gift had been able to serve to the maintenance of a “field of the social assistance”. This “field” if defines for a tacit and not declared different fight that stop the philanthropist, customary to carry through charity events or to preside over beneficent entities and without lucrative ends, against the hegemonic symbolic power of a body technician of rationally commanded social assistants, for the monopoly of the attendance to a clientele, represented for a group of children and adolescents who enter in the money market of countless receptions and evasions of the different units of attendance of the Shelter House Project.

**Keywords:** “Field of the social assistance”. *Clientele*. Gift.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2 REFORMAS POLÍTICAS E ADEQUAÇÃO PROFISSIONAL</b> .....	25
2.1 As estratégias municipais frente às reformas recentes .....	25
2.2 A consolidação de uma área de saber: o papel de Márcia Lopes .....	29
2.3 A filantropia perde terreno, enquanto um cidadão honorário resiste .....	33
2.4 Influência da medicina .....	36
<b>3 RUPTURA OU CONTINUIDADE?</b> .....	40
3.1 CPI do orçamento .....	40
3.2 Uma casa, qual caminho? .....	42
3.3 Albergue Jerônimo Mendonça: um divisor de águas .....	43
3.4 Aesbepar: sutil instrumento de poder .....	45
<b>4 FATO SOCIAL TOTAL</b> .....	49
4.1 Método .....	49
4.2 Dádiva .....	51
4.3 Interesse e responsabilidade social .....	54
4.4 A dádiva como ato político .....	57
<b>5 O CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> .....	61
5.1 Projeto Casa Abrigo .....	61
5.2 A força burocrática .....	70
5.3 Não se pode ignorar o adversário ou, como se opor à filantropia: o caso de São Paulo ...	72
5.4 A expansão do “campo religioso” .....	75
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	82
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	87
<b>FONTES DOCUMENTAIS</b> .....	91

## 1 INTRODUÇÃO

*Alma sublime, coração amigo,  
Que ato de bondade e fidalguia!  
De teu sangue me dar o vinho, o trigo,  
No momento em que eu tanto carecia.*

*Agradecer-te como? Não consigo,  
Da maneira que quero e que devia,  
Nem que beije de joelhos qual mendigo  
Teus pés, chorando e rindo de alegria.*

*Amável doador desconhecido,  
Ser-te grato tão só não basta, creio!  
Teu exemplo por mim seja seguido.*

*Que de meu sangue eu dê com lealdade,  
Pagando aquele que de ti me veio,  
Ah! Sempre, ao que tiver necessidade<sup>1</sup>*

Este trabalho aborda algumas manifestações políticas que envolvem filantropia e assistência social, ponderando como o ordenamento profissional ao atendimento público e privado a crianças e adolescentes carentes ocorrido na cidade de Londrina, no Estado do Paraná, esteve marcado pela administração municipal do Prefeito Luiz Eduardo Cheida e de sua Secretária de Assistência Social Márcia Helena Carvalho Lopes, durante a gestão 1993/1996. Sob a perspectiva de que a força das práticas do modo “antigo” de “ação social”, tradicionalmente influente nos meios religiosos, na área médica e entre importantes setores econômicos, acabou por rivalizar-se com o processo de burocratização do atendimento ao público que a criação de uma pasta específica para a assistência social ensejou, pareceu importante compreender algumas razões que transformaram o município em referência nacional quanto às políticas públicas de assistência social, coincidentes justamente com a ascensão de um grupo de políticos e assistentes sociais profissionais em detrimento da imagem de filantropos, religiosos e políticos como o ex-prefeito Antônio Casemiro Belinatti, que alimentavam suas biografias muitas vezes a partir da publicidade gerada pelo ato da doação ou da interferência direta e personalizada nos problemas e dificuldades da população.

---

<sup>1</sup> ÁVILA, Zé de. *Dádiva*. Pouso Alegre, MG: Tipografia Escola Profissional Pouso Alegre, S/D, p. 99.

Do período que abrange o recente processo histórico no qual essas transformações se sucederam, até o presente momento, ocorreu um acentuado arrefecimento dessa rivalidade, pois em virtude de alguns condicionantes estruturais marcadamente brasileiros, como a imensa capacidade de cooptação política, e a desenvoltura populista com que se superestima a menor das reivindicações emancipatórias, nem os praticantes do assistencialismo privado perderam as condições inerentes à obtenção dos dividendos simbólicos de seus atos, nem os representantes do Estado “guarda-chuva” demonstraram vontade política suficiente para evitar que os instrumentos de interesse público, como é o caso de várias parcerias, deixassem de servir como álibi de duvidosas subvenções ou isenções fiscais.

A forte oposição prática e ideológica que inicialmente parecia existir entre a “antiga” filantropia e a “nova” assistência social – denominada por ação social pelos profissionais da área, os assistentes sociais, e não trabalhadores sociais como são conhecidos nos EUA –, não se mostrou consistente, uma vez que os limites das reformas sociais consolidadas na Assembléia Constituinte e regulamentadas a partir do governo Collor não alcançaram a capacidade de distinção entre o público e o privado necessária à implantação de um projeto de governo que estimulasse o desenvolvimento social isento de vícios clientelistas. O máximo que se viu, como resultado dessa convergência neoliberal, foi a proliferação publicitária das chamadas “responsabilidades sociais”, bem próximas de um utilitarismo de mercado que delega aos indivíduos a culpa pelos fracassos coletivos, além de abrirem a janela para que o assistencialismo, supostamente expulso pela porta, pudesse novamente entrar.

Não se atribuirá, aqui, a culminância desse modelo ao Bolsa Família, programa social do governo federal, resultado da unificação de outros programas como o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Programa do Agente Jovem, Bolsa-Qualificação, entre outros. Isto porque a transferência direta de renda à população, neste caso, não está condicionada a nenhuma rede de alianças ou vínculo a políticos ou a empresários – salvo nos casos em que o beneficiado, por dificuldades para sacar o dinheiro por causa da pouca instrução ou falta de informação, delega a terceiros a administração mensal do benefício. Por outro lado, essa interessada conciliação dos agentes da sociedade civil com os poderes governamentais remete-se a um passado que justifica em grande medida as muitas continuidades em que o assistencialismo se acenta.

A despeito de algumas poucas “ameaças vermelhas” durante as três primeiras décadas do século XX, não houve eficácia, por parte do Estado brasileiro, do incipiente setor fabril e da agroexportação, em condicionar os governos federativos ao Estado

de Bem Estar Social com o qual parte da Europa Ocidental e os Estados Unidos se protegeram da influência comunista provocada pelo avanço planejado da economia soviética. Aqui, foi o populismo que se opôs à ressaca liberal e a outros desdobramentos da Segunda Guerra. Mais provavelmente um trabalhismo populista, de caráter estatal e com marcantes momentos autoritários. Este modelo de país, embora já estivesse sobre os trilhos da urbanização, condescendia ainda a uma cultura política de “coronéis” e à sua principal prática, o patrimonialismo, herança *absolutista* à qual o filósofo Roberto Romano atribui hoje a existência, anacrônica entre tantas, do foro privilegiado para políticos, instituto de uma “ordem aristocrática”<sup>2</sup>.

Pior que as conseqüências sociais imediatamente posteriores à consolidação de alguns dos principais Estados nacionais europeus durante o século XVII, quando o oportuno comensalismo entre nobres e burgueses prorrogaria ainda por algum tempo a inclusão dos primeiros em um equânime sistema jurídico, o que se viu, do Brasil Império para bem além de Vargas, foi a institucionalização de traumáticos mecanismos de poder, a começar pela criação da Guarda Nacional pelo governo regencial em 1831. Combinados ao ideal ibérico contra-reformista e patriarcal, instrumentos como esse perversamente estimularam práticas e costumes como o compadrio, o favor político, o “carteiraço”, o “voto de cabresto”, o “bico de pena” e outras formas mais de relações pautadas simultaneamente na coação e compensação sociais.

Os privilégios oferecidos pela nomeação para oficial da Guarda Nacional aos mais abastados fazendeiros, comerciantes e industriais representantes dos poderes municipais em todo o país até depois da Proclamação da República respondem, inclusive, boa parte da questão histórica que levanta as origens da relação “patológica” das apaniguadas “Vossas Excelências” com os seus atuais cargos eletivos. A proposta desenvolvimentista que sempre coexistiu com o Estado patrimonialista, o populismo, o autoritarismo militar e, atualmente, com a ênfase colocada novamente no desenvolvimento como se esse fosse o caminho capaz de equacionar as propostas sociais da Constituição de 1988 com o modelo neoliberal instaurado no país, deixou sem solução os desacertos de uma herança imperial inerente ao processo de construção identitária do brasileiro: a sobrevalorização de cargos e títulos e, por extensão, o corte profundo que separa os “amigos do imperador” daqueles que sobrevivem da benemerência desses amigos. Em espaços onde o Estado *não deve* alcançar, o

---

<sup>2</sup> ROMANO, Roberto. “Sem Lula, o PT vai se dissolver”. Entrevista concedida a Leandro Loyola. *Revista Época*, 29 de Janeiro, 2007, pp. 35-36.

interesse e a generosidade dos doadores sustentarão a ambígua condição caritativa de respeitados “homens bons”.

Assim, para o caso deste trabalho, como as sanções de leis nem sempre conseguem, isoladamente, transformar-se em marcos que delimitam a história social, foi necessário considerar, também, as mudanças de comportamento, práticas reinventadas, influências de movimentos sociais e discursos que tenham contribuído para constituir determinados contextos intercambiáveis, ou às margens do objeto central da pesquisa. Tomou-se como tema de estudo, então, além de significativos elementos institucionais, aspectos histórico-sociais determinados por posturas de agentes que participaram da construção de políticas de assistência social direcionadas para a infância e juventude independentemente da moralidade de suas intenções (defensores da filantropia, da assistência social universalizada, do voluntariado, da responsabilidade social corporativa, etc.), pois, entre os critérios que definiram quais destes agentes (pessoas ou grupos) foram decisivos para as transformações que ocorreram nesse disputado setor da sociedade, a habilidade política que os caracterizaram esteve sempre em primeiro lugar.

Naturalmente, é inegável a importância da Constituição Federal, promulgada em 1988, e a verificação da composição enunciativa de alguns de seus artigos, a começar pelos de número 194 e 227. O primeiro diz que “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Enquanto que o segundo versa sobre a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado em assegurar os direitos da criança e do adolescente de maneira universalizada. Como resultado desses dois artigos, regulamentou-se e aprovou-se no Congresso Nacional o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993.

Abriu-se à assistência social, a partir de então, a real possibilidade em legitimar-se como política pública universal, independente de contribuições trabalhistas, bem como dirigir suas ações prioritariamente às crianças e adolescentes, pois com o ECA o “objeto” a ser instrumentalizado tornou-se juridicamente mais amplo, e os poderes político-burocráticos dos assistentes sociais foram assegurados pela delimitação de suas atividades na LOAS. As tomadas de decisões e os apelos reivindicativos de grupos sociais, que tanto puderam ser causa quanto efeito desses consensos legislativos, corporificaram-se, portanto, em lugares, agentes e enunciados que se articularam, inicialmente, ao redor e através de saberes assistenciais sobre um público eminentemente pobre, infanto-juvenil e bastante sujeito à marginalidade.

Sem se mostrar contraditória a essa legitimação, a coexistência das responsabilidades civis e estatais prevista em lei continuou proporcionando relevante multiplicação do profissional “assistencial” frente ao jogo das demandas existentes na sociedade. Além disso, por estar cada vez mais perto do poder, esse profissional, ao ocupar mais freqüentemente cargos administrativos, e tratar diretamente de questões burocráticas que envolviam orçamento e gestão, viu-se nos últimos anos dividido entre a realidade cotidiana de seu público e as disputas políticas levadas a cabo entre seus pares. Diante desses fatos conjunturais que trouxeram à tona um novo debate sobre a assistência social no Brasil, e colocaram em cena a discussão sobre as práticas do profissional envolvido com este campo de ação, propõe-se neste trabalho uma análise sobre como todos esses elementos contribuíram para o refinamento dos saberes desse profissional, para a delimitação de seu raio de ação e para o processo de reprodução de suas práticas.

Refletindo sobre essa área de conhecimento, é preciso considerar várias instâncias que podem, a priori, ser matizadas pelo interesse de delimitar as condições analíticas da pesquisa. Desse modo, criança e adolescente; serviço social; assistência social; sociedade civil organizada e Estado foram considerados segmentos sociais que diferem entre si, interpenetram-se e possibilitam arranjos conjunturais pouco estáveis, nos quais a especificidade e a responsabilidade das ações dificilmente são definidas com precisão. Por isso, fez-se necessário compreender como determinadas abordagens emergenciais, praticadas pelos pesquisados, acabaram dando a tônica a esse conjunto, cunhando conceitos e definindo categorias, utilizadas para classificar o caráter das ações de instituições e grupos (filantropia, benemerência; assistencialismo; assistência social; ação social); o “objeto” ou beneficiário das ações (menino de rua; menor; clientela); e a situação social do beneficiário (risco, vulnerabilidade, carência).

Apesar de todas as críticas apresentadas pela “nova” assistência social entre final da década de 1980 e durante toda a década de 1990, contra um tipo de assistência mais vinculada à caridade do que a um auxílio que possibilitasse a verdadeira emancipação para aqueles que dela se beneficiavam, a noção de filantropia enquanto atividade que expunha o “desprendimento” burguês, para através dessa postura criar uma certa distinção de classe, continuou com a mesma lógica neste período. As parcerias entre Estado e sociedade civil, que também foram acentuadas na Constituinte, permitiram às elites criar mecanismos com o intuito de perpetuarem sua condição, na medida em que as doações efetuadas para o desenvolvimento e continuidade de projetos sociais contribuíram para que esses setores construíssem uma imagem de “responsáveis sociais”, ao mesmo tempo em que os isentavam

politicamente da tarefa de construir um projeto de governo fundamentado em algo próximo a Keynes.

Filantropia, no jargão governamental pós 1988, tornou-se sinônimo de assistencialismo e não de assistência social, ainda que na prática a extinção definitiva e oficial da Legião Brasileira de Assistência (LBA) só tenha ocorrido em 1995. Daí a dificuldade, entre os órgãos responsáveis pelo novo atendimento ao público alvo, em aceitar, por exemplo, o histórico protagonismo de entidades religiosas, já que o perfil dessas instituições não se adequava à proposta cidadã de governos como o do município de Londrina (1993-96) ou à experiência anterior do estado de São Paulo (1987-91), preocupados em demonstrar suas políticas como racionais e planejadas, a partir das quais crianças e adolescentes nas ruas não permaneceriam apenas recebendo donativos, mas sim estariam asseguradas por um conjunto de leis que lhes permitiriam crescer socialmente em busca da cidadania.

Na realidade, o conceito de fundo e identificador das práticas assistencialistas, especificamente para a criança e o adolescente, ainda era a filantropia, só que mimetizado por enunciados jurídicos que institucionalizaram as contribuições aos pobres. Isso, em primeiro lugar, pelo fato do Estado ter-se posicionado entre a incapacidade para assumir o ônus dessas políticas em sua integralidade e o perigo de ter seus projetos desqualificados, por não diferirem das ações paliativas levadas a cabo pela sociedade civil durante quase todo o século XX. E depois, por essas ações governamentais de transferência de renda não virem acompanhadas de oportunidades aos beneficiados para participarem do processo produtivo das riquezas do país.

Essa continuidade observada no caráter das ações assistenciais no Brasil, mesmo depois da aprovação do ECA, em nível orçamentário das políticas para a infância e juventude, reproduziu-se ao ponto de combinar-se a um ideal de atendimento em que a especificidade de suas demandas – crianças e jovens pobres, desagregados familiarmente, vulneráveis à criminalidade, com pouca ou nenhuma escolaridade – não era considerada como parte de uma realidade social mais ampla, cujo modelo se sabe estar assentado no consumo de bens de capitais material e simbólico inerentes à vida dos “incluídos”. Por um zelo excessivo com a preservação da identidade das minorias, as políticas sociais desenvolvidas posteriormente às críticas acadêmicas ao limitado “*Welfare State*” brasileiro subestimaram a capacidade política de quem recebia o atendimento, em nome de um relativismo que, paradoxalmente, foi responsável pela fragmentação dos direitos a partir da multiplicação dos critérios de aplicabilidade das políticas, conforme a visão que tinha o poder público diante das variáveis sociais a serem contempladas.

As políticas sociais estiveram, assim, atreladas às constantes redefinições teóricas sobre que tipo de “Estado de Bem Estar” seria apropriado a determinados setores da sociedade brasileira, aplicando-se princípios culturalistas em metodologias de programas de governo cujo “objeto” se configurava menos “[...] pelos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade [...]” do que pelo “[...] sistema de estratificação ocupacional, definido por norma legal em que a extensão dos direitos de cidadania se fez, pois, via regulamentação das profissões [...]”.<sup>3</sup> Nessa exposição de Alba Zaluar a respeito da “cidadania regulada”, também desenvolvida por Wanderley Guilherme dos Santos em 1979, essa antropóloga acrescentou a necessidade em “[...] saber não só como a população se antecipa aos efeitos do sistema, criando seus próprios mecanismos de auto proteção, pessoais e corporativos, mas também como operou com as categorias de contribuinte e de cidadania para se posicionar diante do Estado protetor”.<sup>4</sup>

A partir dessa “cuidadosa” postura do Estado quanto às especificidades culturais da criança e jovem pobres no processo de inclusão<sup>5</sup> através de políticas compensatórias, explicitou-se aos gestores estatais e privados dos programas sociais um próspero caminho para a carreira política através de uma reelaboração discursiva que convencia o eleitorado pelo forte teor apelativo que consigo carregava: o de assistencialismo disfarçado de solidariedade. Estes agentes estiveram, nessa época, posicionados entre as várias iniciativas assistenciais de teor privado – e por isso mesmo muitas vezes isoladas – e as crescentes respostas estruturais que o Estado dava às demandas empobrecidas que o processo de redemocratização explicitou. Com a promulgação da Constituição de 1988, grande parte desses agentes (filantropos, presidentes de entidades assistenciais, líderes comunitários e principalmente assistentes sociais que até então atuavam preferencialmente em instituições financiadas com doações) acabou migrando para os incipientes sistemas organizacionais que

---

<sup>3</sup> ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Editora Escuta; Unicamp, 1994, p. 29.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Zaluar lembra a generalização com que os conceitos de “inclusão” e “exclusão” passaram a ser usados no Brasil, sem que se atinasse para os problemas gerados pela imprecisão de tais ferramentas. O primeiro deles diz respeito a questões teóricas de fundo estruturalista francês, promotor do binarismo “inclusão/exclusão”, derivado de um sistema simbólico que privilegia as relações nominais entre os termos significantes em detrimento dos elementos do significado. Em tal modelo, qualquer grupo munido de identidade social e instrumentos de classificação, inerentemente, incluiria e excluiria indivíduos, o que não tornaria a exclusão necessariamente injusta, exceto para os grupos identificados com o conceito estadunidense de *underclass*, entendidos primeiramente pelo que lhes falta, já que nesse caso a classe aparece como referência principal. O segundo problema, de ordem prático-política, refere-se ao tipo de inclusão oferecida pelos Estados nacionais, mais próxima de uma “cidadania passiva”, na qual o “incluído” torna-se um “viciado” dos programas apenas com “direito à vida”, do que de uma “cidadania ativa”, capaz de integrá-lo à comunidade de tal forma que tenha “direito à vida em sociedade” porque se vinculou a contrapartidas pelo que recebeu do Estado. ZALUAR, Alba. “Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas”. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.

as diferentes instâncias da federação tentavam adequar ao artigo 203, que diz que “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.”

São exemplos e resultados dessas transformações, os projetos que saíram do papel na virada dos anos oitenta para os anos noventa do século passado, que não chegavam a concretizar seus objetivos finais, os de resgatar ou proporcionar às demandas atendidas simplesmente melhores condições de vida.

As indefinições de competências por parte de atores como os assistentes sociais, conselheiros tutelares, educadores sociais, juízes das Varas da Infância e Juventude, psicólogos e policiais, somadas à burocratização característica dos procedimentos por eles adotados ou criados, tornaram-se as justificativas mais aceitas – e parcialmente verdadeiras – para explicar tal inércia, embora deixassem incompreensível a dependente e inerente relação desses papéis com a geratriz – ou dispositivo – fundadora da prática assistencial voltada à reprodução de políticas públicas de caráter eminentemente burguês: o princípio da dádiva, representado pela moral cristã através de ações assistenciais, filantrópicas e beneméritas.

As várias determinações conceituais impostas à atividade de auxílio ao próximo já são, em si mesmas, uma forma de indeterminar os sentidos mais invariantes que tais práticas assumem nas realidades sociais que seus agentes ajudam a construir. Ao acompanhar a descrição de Maria Luíza Mestriner, vê-se que filantropia, do grego *philos* (amor) e *antropos* (homem), representa os sentimentos de amor à humanidade, ao homem, ao próximo, condicionada aos ideais de altruísmo e comiseração.

*“No sentido mais restrito, constitui-se no sentimento, na preocupação do favorecido (sic) com o outro que nada tem [...], no gesto voluntarista, sem intenção de lucro [...]. No sentido mais amplo, supõe o sentimento mais humanitário: a intenção de que o ser humano tenha garantida condição digna de vida.”<sup>6</sup>*

Segundo a autora, é da iniciativa da Igreja Católica atribuir à filantropia o sentido de caridade e benemerência, dando-lhe também caráter laico, embora os princípios religiosos que a regem mantenham-se preponderantes. O desprendimento que gera o ato voluntário de ajuda pode, portanto, ser originário das condições sociais geradoras de todo ser social, independentemente de seus apegos religiosos, ou estar contido no fortalecimento de

---

<sup>6</sup> MESTRINER, Maria Luíza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 14.

valores cristãos que acentuam as predisposições caritativas “ímmunes” aos interesses e ao utilitarismo. O problema reside na ambigüidade do que se entende por *benemerência*. Em sua acepção substantiva<sup>7</sup>, significa o ato, qualidade ou virtude de benemérito, ou uma condição de bem-merecer (elogios, recompensas, honrarias, etc.). O benemérito tanto dá, por bondade e caridade, quanto pelo *mérito* de receber os créditos por seus feitos, os de ter dado, doado, ajudado, amparado, contribuído, facilitado para o bem comum ou do próximo. Essa indistinção das práticas assistenciais parcialmente alienadas do Estado cria um ambiente propício para a propagação da dádiva que, segundo Jacques Godbout, “[...] constitui o sistema das relações propriamente sociais na medida em que estas são irredutíveis às relações de interesse econômico ou de poder.”<sup>8</sup>

Marcel Mauss é a grande referência para a compreensão da dádiva, seja em sociedades tradicionais ou modernas. Em uma de suas definições, acentua seu “[...] caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado. [...] [as prestações] assumiram quase sempre a forma do regalo, do presente oferecido generosamente [...]”<sup>9</sup> Godbout a especifica um pouco mais ao distingui-la do mercado e do Estado, instâncias representativas da *socialidade secundária*, que “[...] congrega estatuto e funções mais ou menos definidos institucionalmente [...]”<sup>10</sup> Para ele, a dádiva não se apresenta senão no “[...] registro da *socialidade primária*; aquele em que, na família, nas relações de vizinhança, de camaradagem, de amizade, se travam, justamente, relações de pessoa a pessoa.”<sup>11</sup> Nas relações engendradas pelos protagonistas da trama que logo adiante se descreverá, a dádiva e seus limites parecem ser os *lugares* privilegiados nos quais a filantropia e a benemerência são consciente e inconscientemente confundidas; onde para fazer valer o direito ao serviço público que supostamente não deveria colocar ninguém sob os auspícios de outrem, os agentes inevitavelmente se comprometem de forma pessoal uns com os outros sob valores da *socialidade primária*, onde o favor e a gratidão transformam o poder em um *dom*.

Assim, o reconhecimento que se costuma fazer em forma de prêmios, homenagens e troféus que publicizam a *honra ao mérito* para práticas de benemerência está sempre acompanhado da defesa da assistência e da filantropia como atitudes que *enobrecem* as pessoas, as *dignificam* e, o que é mais importante para esta questão, as *distinguem* das

<sup>7</sup> Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.

<sup>8</sup> GODBOUT, Jacques T.. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, 21.

<sup>9</sup> MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva” In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 188.

<sup>10</sup> GODBOUT, Op. Cit. p. 23.

demais que apenas se preocupam com o próprio bem-estar. Não sem razão, Mestriner aponta o tratamento das noções de assistência, filantropia e benemerência como irmãs siamesas no Brasil<sup>12</sup>, pois quase sempre uma é substituída pela outra.

Uma das ratificações dessa ambigüidade aparece no artigo 204 da Constituição. “As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, *além de outras fontes*. (grifo meu)” Entre os vários doadores e financiadores que se apresentam para contribuir com as “outras fontes” sob interesses os mais diversos, estão os que respondem a esse chamado social em troca de visibilidade e possibilidade de instrumentalizar o *mérito* alcançado com a doação. A assistência social, que legalmente se tornou política pública a partir de 1988, em função das pressões classistas durante as votações no Congresso Nacional, oportunamente continuou mantida como indistinta das ações filantrópicas e beneméritas, pois em decorrência da falta de integralidade estatal quanto ao seu financiamento, houve estímulo por parte dos governos em apoiar projetos sociais com dinheiro privado, em que o significado da gratuidade ou da dádiva – em tempos de eficiência corporativa e responsabilidade social – acabou sobrepujado por certo utilitarismo empresarial.

O esclarecimento de Mestriner sobre certa incongruência conceitual que não permite à linguagem nem à prática correntes afastar a dádiva inerente ao convívio íntimo, informal ou familiar, das ações racionalmente coordenadas pelas novas políticas de assistência social, talvez se mostre revelador pela proximidade de significados entre o *dom* de Mauss e a definição de *assistência* citada pela autora:

*“[...] no seu sentido mais lato, significa auxílio, socorro. Onde quer que haja uma necessidade que o interessado não pode resolver por si e não consiga pagar com seu dinheiro, a assistência tem o seu lugar. Assistência a famintos, a sedentos, nus, desabrigados, doentes, tristes, ativos, transviados, impacientes, desesperados, mal aconselhados, pobres de pão ou pobres de consolação, tudo é assistência, auxílio, socorro” (Correia, 1999:13).*

E é emergindo desse complicado jogo simultaneamente enunciativo e prático, construído no entorno de um fato social total – a dádiva – que a assistência social vem se firmando no Brasil. O desenvolvimento dessa primeira impressão sobre seus novos arranjos no país e especificamente na cidade de Londrina teve um ponto de partida: o trabalho

---

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> MESTRINER, Op. Cit.

realizado pelo autor da presente pesquisa entre outubro de 2002 e abril de 2003 como educador social do Projeto Casa Abrigo, mantido pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Essa atividade afigurou-se também como experiência participante que incitou o interesse pela política de juventude e a formulação dos primeiros questionamentos sobre este tema. Na realização diária do trabalho educacional, foi possível adquirir uma intimidade com as regras e a dinâmica do abrigo, averiguar os diferentes interesses coexistentes em seu interior, interpretar o processo de ritualização de certas práticas e relacioná-las com os aspectos mais gerais do campo da assistência social. Os seis meses de vivência na casa foram requisitos fundamentais para determinar as primeiras impressões e dar o direcionamento definitivo para a composição do objeto. O Projeto Casa Abrigo integra hoje uma bem aparelhada rede de unidades de atendimento que o poder público local instituiu e consolidou ao longo de mais de uma década de apropriação e transferência de responsabilidades da iniciativa privada para o governo municipal em relação à juventude pobre e moradora de rua da cidade.

O segundo passo foi definir de que outras maneiras poderia ser lida a constituição das políticas públicas para esses jovens sem se intimidar com as barreiras que a ética ou o decoro profissional do assistente social impunham a olhares mais críticos sobre os projetos desenvolvidos no município. Essa visão, que deveria ser a mais externa possível do objeto, teve seu norte definido a partir do estudo sobre a busca de isenção sociológica proposta por Pierre Bourdieu: “[...] o fato de se pertencer a um grupo profissional exerce um efeito de censura que vai muito além das coações institucionais e pessoais: há questões [...] que não podem ser colocadas, porque tocam nas crenças [...] que estão na base da ciência e do funcionamento do ‘campo científico’”<sup>13</sup>, mesmo que esse “campo” ainda não esteja em estágios de legitimidade comparáveis com campos científicos consagrados, como os da medicina ou da matemática, por exemplo. De qualquer modo, a possibilidade em ver seus preconceitos, problemas irresolutos ou as “pulsões reprimidas” expressas em um trabalho acadêmico por conta de já ter sido parte orgânica de um objeto sobre o qual se pesquisa remonta sempre ao perigo do “[...] ex-teólogo que se fez sociólogo [...], quando começa a estudar os teólogos, procede a uma espécie de regressão e põe-se a falar como teólogo ou, pior, serve-se da sociologia para acertar as contas de teólogo.”<sup>14</sup> A consciência da existência desses perigos puderam contribuir para fazer da sociologia, neste trabalho, não “[...] uma

<sup>13</sup> BOURDIEU, Pierre. “Fieldwork in philosophy”. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 20-21.

<sup>14</sup> BOURDIEU, Pierre. “Introdução a uma sociologia reflexiva” In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 51.

arma nas lutas no interior do campo [...] [mas sim] um instrumento de conhecimento dessas lutas [...].”<sup>15</sup>

A partir de então, permitiu-se que a pesquisa fosse de certa forma modulada pelos conteúdos documentais que passavam pelo crivo da escolha, catalogação e análise. Esse processo impôs ao trabalho de pesquisa movimentos que expandiram o objeto e extrapolaram seus contornos etnográficos, condicionando esse viés interpretativo à compreensão das estruturas político-institucionais articuladas com as redes de assistência social formadas por unidades de atendimento como as Casas Abrigo. Há, nesse ponto, um desdobramento teórico que surge como um alerta foucaultiano: a observação do caráter capilar e material das tecnologias de poder que emanam dos grupos sociais funcionou para impedir o apriorismo de algumas considerações gerais e definir os limites dispersivos aos quais se propunha a investigação. O reconhecimento dos dispositivos de poder agindo de maneira transversal ao ato metodológico – e muitas vezes artificial – de construção das “instâncias” sociais possibilitou movimentos que regressavam do macro aos impasses sobre a recepção ou o encaminhamento das crianças durante os plantões dos educadores nas Casas Abrigo, por exemplo.

Desse modo, uma categoria em específico mereceu atenção especial na pesquisa, por ter sido durante o processo de conhecimento do objeto um dos principais conceitos “nativos” consensualmente aceitos para se referir ao público alvo atendido pelos assistentes sociais: a de *clientela*, usualmente aceita nos meios profissionais governamentais ou filantrópicos, que atendem não apenas crianças e adolescentes carentes, mas toda uma população usuária também dos serviços de saúde e educação. “Nossa clientela é muito boa”; “A clientela tem baixo rendimento”, etc. De forma unânime, o termo aparece sem parcimônia nem explicação prévia nos enunciados que mais representam o discurso oficial das políticas de seguridade social. É de *clientela* que falam os educadores sociais do Projeto Casa Abrigo, em Londrina, referindo-se às crianças que vivem em suas unidades de atendimento; esse também é o termo utilizado pelos diretores dos projetos e pelos titulares das pastas de suas respectivas secretarias; médicos, professores e assistentes sociais, em uníssono, também o enunciam; um número considerável de pesquisas sobre infância e juventude e ou assistência social preferem igualmente utilizá-lo, indiscriminando o discurso dos agentes componentes do objeto, do discurso que se produz sobre o objeto, como é o caso de Maria Filomena Gregori<sup>16</sup>,

---

<sup>15</sup> Idem, p. 52.

<sup>16</sup> GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiência de meninos de rua*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 161.

referência incontestada no estudo sobre criança e adolescente carentes em São Paulo; e, como forma de reconhecimento de tal categoria, para quem quer que a pronuncie, restará sua leitura no artigo 26 da lei n. 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – de 1996.

Portanto, sem tentar reduzir as atividades assistenciais à *clientela* infanto-juvenil à tão somente uma perspectiva – a do mercado –, pode-se afirmar que poucos são os profissionais envolvidos com a estrutura produtora e produzida por essas atividades que estejam imunes ao “toma lá, dá cá” intermitentemente presente no trato das *demandas*, transformando jovens em *clientes* ao mesmo tempo em que alça ao *mérito* alguns poucos que mostraram ter tido a *honra* de interferir, influenciar, defender, promover, transformar e principalmente reproduzir as práticas discursivas que pouco a pouco foram circunscrevendo, definindo e legitimando um saber. Esta área de conhecimento, não obstante seu constante processo construtivo, apresenta hoje um quadro – ou uma série de séries, como preferiria Foucault – bem definido de inúmeras variáveis, já que seus agentes estabelecem complexas relações institucionais entre si; com, pelo e em nome do Estado e com o mercado em geral. Mas o amálgama que a sustenta e a faz coexistir diante de outros saberes ainda não parece ser outro senão a dádiva, principalmente em nações como o Brasil, cuja desigualdade da distribuição de renda não encontra parâmetro, e as raízes ora clientelistas ora cordiais presentes em sua cultura acabam por cimentar perniciosamente os trâmites e as condutas promovidas por quem responde pela assistência social, por mais profissionais que seus agentes possam parecer.

Sob as bandeiras da filantropia, da benemerência e da assistência social, constituíram-se trajetórias políticas emblemáticas, como a da Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Helena Carvalho Lopes, e a do médico espírita e cidadão honorário de Londrina Júpiter Vilozz Silveira; além das trajetórias de coadjuvantes importantes, como as dos recém eleitos e empossados para os mandatos de deputado federal e deputado estadual, André Luiz Vargas e Luiz Eduardo Cheida, respectivamente; e a do atual prefeito da cidade de Apucarana, o padre Valter Aparecido Pegorer. Estes e outros agentes que marcaram posição na recente história da assistência social local, regional e nacional, não estiveram necessariamente em conluio, nesses últimos vinte anos, com o cabal objetivo de se auto promoverem ou acumularem capital político inteiramente à revelia de seus compromissos sociais. Sem fazerem parte de um complô, sem serem completamente conscientes de seus papéis diante das alianças às quais estiveram e ainda estão submetidos, estes agentes sociais possuem, isto sim, em maior ou menor grau, um refinado sentido do jogo que praticam, pois “[...] incorporaram uma cadeia de

esquemas práticos de percepção e de apreciação que funcionam, seja como instrumentos de construção da realidade, seja como princípios de visão e de divisão do universo no qual eles se movem [...].”<sup>17</sup> Dessa forma, criaram para si algumas disposições correlatas ao ambiente profissional em que atuam, tendências para agirem de determinada maneira, certas inclinações comportamentais de caráter moral e prático que Pierre Bourdieu chama de *habitus*, e que por isso “[...] não têm a necessidade de colocar como fins os objetivos de sua prática.”<sup>18</sup>

Assim, ao reconsiderar constantemente os limites contextuais da influência de determinados agentes no processo de transformação e modelagem da assistência social restrita ao amparo da criança e do adolescente ocorridos em torno da gestão do prefeito Luiz Eduardo Cheida (1993-1996), pôde-se produzir efeitos de conhecimento que estivessem regidos pela combinação e cruzamento dos acontecimentos discursivos registrados em fontes como o acervo do jornal Folha de Londrina; a dissertação de mestrado de Márcia Helena Carvalho Lopes (pelo profundo engajamento que a caracteriza); as Conferências Municipais de Assistência Social; as entrevistas de filantropos renomados e de adolescentes e educadores que passaram pela Secretaria de Assistência Social e pelos abrigos por ela administrados; a legislação pertinente ao tema da criança e adolescente e da assistência social; os livros de divulgação dos projetos produzidos pela Prefeitura Municipal de Londrina e outros documentos que no decorrer da pesquisa foram ora integrando ora alterando relativamente seus propósitos.

Tal conjunto documental, somado à experiência profissional em um abrigo – que *a posteriori* veio a ser pensada como prática necessária para que se impusesse limites a uma objetividade capaz de inibir demasiadamente o posicionamento político deste pesquisador –, são a base empírica das proposições fundantes deste trabalho: a desconstrução do caráter natural da filantropia como um ato unicamente de bondade, isento de qualquer interesse, através do condicionamento desses atos, primeiro, aos princípios antropológicos de Marcel Mauss sobre a dinâmica dos três momentos da dádiva, “dar, receber e retribuir” e, segundo, às regras no capitalismo para a aquisição de capital simbólico; a reconstituição do processo de transferência de parte das responsabilidades assistenciais da sociedade civil para o poder governamental em Londrina, atrelado às mudanças políticas e sociais ocorridas no Brasil entre os anos oitenta e noventa e definir a gestão de Luiz Eduardo Cheida, condicionada ao processo de descentralização das políticas sociais no Brasil, como um

<sup>17</sup> BOURDIEU, Pierre. “É possível um ato desinteressado?” In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 143.

<sup>18</sup> Idem.

governo protagonista em meio às transformações definitivas das políticas de assistência social, servindo de exemplo para outros municípios do estado do Paraná e estabelecendo metas político-eleitorais de médio e longo prazos capazes de expandir seu raio de influência regional e contribuir para a consolidação da atual rede de assistência social nacional, cuja representação mais evidente hoje é o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), previamente adotado em cidades piloto como Londrina antes de sua implantação definitiva em todo o território nacional, em 2005.

No primeiro capítulo, será considerado o conjunto de reformas sociais realizadas no Brasil a partir da abertura política e do processo de redemocratização pós ditadura militar, evidenciando seu caráter de incompletude e sua tendência a se adequar a um chamamento liberal globalizado. As contradições resultantes dessa inclinação saltaram aos olhos. Primeiro, pela escassez de recursos públicos e privados para serem investidos na modernização das instituições. E segundo, porque a cultura política de inúmeros municípios brasileiros ainda carrega em seu bojo evidentes traços clientelistas, definindo a postura dos administradores, quanto à implantação dos programas sociais, a partir dos benefícios eleitorais que substituíram o “resgate da cidadania” enquanto fim de cada projeto.

A superação desses vícios pareceu mais convincente em Londrina principalmente depois da consolidação de vários dispositivos estatais instaurados no município durante o período em que a professora e assistente social Márcia Helena Carvalho Lopes esteve à frente da recém criada Secretaria Municipal de Ação Social. Com um perfil determinado e corporativo – se se pensar a notoriedade e exclusividade com que os assistentes sociais passaram a realizar suas funções –, impôs regras claras sobre como proceder, por exemplo, diante da delinqüência juvenil ou do trabalho infantil, e acabou polarizando forças com os “antigos” praticantes da filantropia locais. O mais importante deles foi o médico Júpiter Viloz Silveira, respeitado pela capacidade de aglutinar forças dos mais variados setores sociais em prol do amparo e proteção às crianças e adolescentes que viviam nas ruas da cidade.

O segundo capítulo se constituiu pela narrativa de “acontecimentos” convergentes ao palco das reformas. Um deles diz respeito aos canais de negociação que se abriram a quem soube usar a presidência da Associação das Entidades Sociais Benéficas do Paraná (Aesbepar), criada em 1986 e que se manteve atuante durante toda a transição do modelo filantrópico para o de assistência social. Além desse instrumento político de alcance estadual, notabilizou-se em Londrina o engajamento social com que a Casa do Caminho, instituição fundada em 1987, centralizou o debate sobre a adequação das entidades

assistenciais aos artigos do ECA. Foi o momento (1992) em que a população dividia suas atenções entre as “arruaças” que um grupo de meninos fizera na cidade, em função do fechamento de um albergue no qual residiam, e a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional para apurar desvios do Orçamento, feitos por deputados federais em cumplicidade com representantes de entidades assistenciais em todo o país.

A adequação metodológica de todos esses fatos apresenta-se no terceiro capítulo. Os momentos que constituem a dádiva – dar, receber e retribuir – são vistos segundo as particularidades com que as ações assistenciais se caracterizam, seja no setor privado, estatal ou em alguns segmentos do chamado “terceiro setor”, cuja existência se justifica exatamente pelo trabalho voluntário ou pelas ações filantrópicas de quem o constitui. Especialmente aí é que a ambigüidade da dádiva – mistura de egoísmo e altruísmo<sup>19</sup> – é mais marcante, pois as práticas que a representam se dão nos interstícios do poder governamental e das empresas privadas. Os vários interesses que estão por detrás de exaustivas publicidades sobre as “responsabilidades sociais” das empresas também mereceram discussão.

No quarto e último capítulo o objeto pôde ser apresentado com a forma e os conteúdos já desnaturalizados e reordenados conforme a proposta central do trabalho. Qual seja, a de que a possibilidade de se visualizar um “campo da assistência social” de acordo com os princípios teóricos de Pierre Bourdieu sobre a noção de “campo” – espaço que intermedeia as ações cotidianas e as decisões de grandes burocratas – só seria possível se este “campo” se definisse por uma tácita e não declarada luta desigual que travam os filantropos, acostumados a realizar eventos de caridade ou a presidirem entidades beneficentes e sem fins lucrativos, contra o poder simbólico hegemônico de um corpo técnico de assistentes sociais racionalmente ordenados, pelo monopólio do atendimento a uma *clientela* que, neste caso, são as crianças e adolescentes atendidas pelas unidades do Projeto Casa Abrigo.

Para o estabelecimento dos parâmetros a que esta hipótese se apóia, comparou-se à Londrina as atividades assistenciais desenvolvidas pela Secretaria Estadual do Menor em São Paulo, durante o mandato do governador Orestes Quércia entre 1987 e 1991, quando esteve à frente da pasta a engenheira civil e especialista em saneamento, Alda Marco Antonio, impondo reformas próximas das que ocorreram em Londrina. Finalmente, os agentes do “campo da assistência social”, para um melhor enquadramento de suas posições sociais, e pela razão dos arranjos políticos que ajudaram a formar, tiveram suas práticas associadas às

---

<sup>19</sup> GODBOUT, Op. Cit., p. 23.

atividades sacerdotais, proféticas e mágicas, pois se utilizou as análises econômicas de Max Weber sobre o “campo religioso” como paradigma da estrutura assistencial inerente ao objeto de pesquisa. No fundo, uma hipérbole que, talvez somente pelo exagero que a caracteriza, pudesse esclarecer a lógica de variadas formas de interesse, em lugares onde só se vê generosidade e compaixão.

## 2 REFORMAS POLÍTICAS E ADEQUAÇÃO PROFISSIONAL

### 2.1 As estratégias municipais frente às reformas recentes

As mudanças estruturais que acompanharam a redemocratização brasileira foram balizadas por Sônia Miriam Draibe, que convencionou o recorte histórico das reformas do Estado em dois ciclos.

O primeiro deles delineado entre os anos de 1985 e 1988, com o esgotamento do Estado Desenvolvimentista que, segundo a autora, era “[...] potente para estimular o crescimento econômico [...], mas socialmente pouco inclusivo (dada a ineficiência dos restritos programas universais) e não-seletivo (já que pouco ou mal focalizado nas camadas mais necessitadas).”<sup>20</sup> Ao esgarçamento social em prol da manutenção dos vícios macroeconômicos, juntou-se a grande insatisfação dos atores envolvidos com a defesa dos direitos infantis frente ao anacrônico Código de Menores, que vigorava desde 1979 e que impunha a condição de “irregular”

*“[...] àquele que estava “privado de condições essenciais a sua subsistência, saúde, instrução obrigatória; em perigo moral; privado de representação ou assistência legal pela falta eventual dos pais ou responsável; com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; respondendo por prática infracional”*<sup>21</sup>

Esses atores representavam o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR); a Pastoral do Menor; a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cuja campanha da fraternidade, promovida em 1987, teve como tema a criança; além de outros protagonistas sociais e comunitários, técnicos, especialistas e pesquisadores envolvidos com a inclusão social e o bem estar infanto-juvenil. Verifica-se, portanto, a simultaneidade, em um período conjuntural, da redefinição das políticas sociais a partir da defesa do Estado Federativo<sup>22</sup>, estabelecendo-se uma reforma completa na política de saúde e

<sup>20</sup> DRAIBE, Sônia Miriam. “A política social no período FHC e o sistema de proteção social”. *Tempo Social*, v. 15, n.º. 2, novembro de 2003. São Paulo, p. 68.

<sup>21</sup> MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO/Ipea. O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.

<sup>22</sup> “Estados federativos são uma forma particular de governo dividido verticalmente, de tal modo que diferentes

de assistência social, uma reforma parcial da previdência social e uma reforma introdutória do seguro-desemprego e, no tocante à infância e juventude, a busca por abolir o caráter “irregular” presente na legislação vigente ao adotar como proposta constitucional os princípios universais e permanentes de direitos assistenciais àqueles excluídos do pretense “Estado de Bem Estar” brasileiro.

O segundo ciclo de reformas deu-se no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, com a implementação da política de saúde, de assistência social, introdução da reforma do ensino médio, reforma parcial do ensino fundamental e proposta de reforma previdenciária, bem como a introdução dos Programas de Combate à Pobreza. A tentativa maior por parte do governo federal, nesse segundo momento conjuntural, foi estabelecer uma estrutura tributária, política e administrativa que pudesse equacionar as responsabilidades e os gastos públicos de tal forma a delegar para as instâncias subnacionais – estados e municípios – a iniciativa de implementação e manutenção das políticas sociais, restringindo-se à União arcar com o pagamento dos juros da dívida e com a tarefa de diminuir o déficit previdenciário.

O arcabouço gerencial capaz de adaptar tais necessidades girou em torno do processo de descentralização, já previsto em 1988 e, apesar de amplamente divulgado e defendido pela maioria absoluta dos governos, até o ano de 1997 era pouco utilizado ou assumido pelos governos locais, principalmente os municípios. Isto porque, para Martha Arretche, além da existência de “[...] uma esmagadora maioria de municípios de pequeno porte e historicamente dependentes da capacidade institucional dos governos estadual e federal para a prestação de serviços sociais [...]”<sup>23</sup>,

---

níveis de governo têm autoridade sobre a mesma população e território (Lijphart, 1999). Nesses Estados, o governo central e os governos locais são independentes entre si e soberanos em suas respectivas jurisdições (Riker, 1987), pois cada governo local – cuja jurisdição pode variar, conforme assim o definir a Constituição – está resguardado pelo princípio da soberania, o que significa que estes são atores políticos autônomos com capacidade para implementar (pelo menos, algumas de) suas próprias políticas (Pierson & Leibfried, 1995, p. 20). A soberania dos governos locais deriva do voto popular direto, da autonomia de suas bases fiscais e, em muitos casos, de uma força militar própria. Além disso, as unidades componentes da federação têm uma câmara de representação territorial no plano federal – a Câmara Alta ou Senado –, cuja autoridade legislativa varia entre as federações (Lijphart, 1999)” ARRETCHÉ, Marta. “Relações federativas nas políticas sociais”. *Educ. Soc.* [online]. set. 2002, vol.23, no.80 [citado 26 Maio 2005], p.25-48. Disponível na World Wide Web: <<http://www.scielo.br>.

<sup>23</sup> ARRETCHÉ, Op. Cit., p. 133.

*“[...] a adesão dos governos locais à transferência de atribuições depende diretamente de um cálculo no qual são considerados, de um lado, os custos e benefícios fiscais e políticos derivados da decisão de assumir a gestão de uma dada política e, de outro, os próprios recursos fiscais e administrativos com os quais cada administração conta para desempenhar tal tarefa.”<sup>24</sup>*

O municipalismo ao qual Victor Nunes Leal atribuiu, na década de 1940, a persistência de costumes “coronelistas” preponderantes nos rincões brasileiros, parece também estar presente em localidades cuja urbanização avançou a passos largos. Isso porque, segundo Celina Souza, apesar da redemocratização dos anos 1980 ter transferido aos municípios, entre outros impostos, 25% do ICMS, e incrementado o percentual das transferências dos impostos federais que constituem os fundos de participação, além da constatação de que em 2001 78% dos investimentos públicos era já de responsabilidade dos governos subnacionais, a Constituição de 1988, paradoxalmente, reteve parte do monopólio legislativo em âmbito federal, o que limitou a capacidade de estados e municípios de adotarem políticas próprias.<sup>25</sup>

Evidentemente que alguns poucos municípios – e este parece ser o caso de Londrina – conseguiram maior autonomia tanto econômica quanto política por razões que vão da existência de uma ampla base de infra-estrutura local a uma localização privilegiada capaz de impulsionar o crescimento. De qualquer maneira, o fato de quase 75% dos municípios brasileiros, em 2000, arrecadarem menos de 10% de seus recursos totais, e de quase 90% dos municípios com população em torno de 10.000 habitantes dependerem quase que inteiramente das transferências constitucionais para sua sobrevivência<sup>26</sup>, mostra o enorme desequilíbrio econômico que o sistema tributário em vigor desde 1946 tenta compensar, redistribuindo parcelas dos impostos das regiões economicamente mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas.<sup>27</sup> Frente a esse cenário, Celina Souza conclui que

*“(...) os governos subnacionais desempenham um papel duplo e contraditório: eles atendem parcialmente às demandas sociais, mas constroem os objetivos econômicos da coalizão governista. Esse duplo e contraditório papel impede a criação de condições para que as questões das desigualdades sociais e regionais possam ser encaminhadas nacionalmente.”<sup>28</sup>*

<sup>24</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>25</sup> SOUZA, Celina. “Federalismo e gasto social no Brasil: tensões e tendências”. *Lua Nova*, n. 52, 2001, p. 14

<sup>26</sup> Idem., p. 20.

<sup>27</sup> Ibidem., p. 16.

<sup>28</sup> Ibidem., p. 24.

Tais anomalias constitucionais, que criam a delegação de responsabilidades administrativas de políticas públicas a municípios empobrecidos e, por isso, dependentes do fisiologismo de seus representantes no Congresso Nacional, não isentam, entretanto, das práticas clientelistas herdadas dos “coronéis” da República Velha, os políticos originários de grandes centros urbanos do sul e do sudeste brasileiros. Em pesquisa<sup>29</sup> realizada pela organização não-governamental (ONG) Transparência Brasil, em todo o território nacional, verificou-se que 8% da população recebeu alguma proposta de venda de voto durante as eleições de 2006, e que “em nenhum lugar as ofertas de compra de votos por dinheiro, alimentos, vestuário, material de construção, etc. foram tão freqüentes quanto no Paraná”<sup>30</sup>, um total de 22%. A estarrecedora concentração de renda presente no Brasil, cuja publicidade televisiva da violência urbana é prova incontestável, acaba por completar um quadro social no qual o papel das elites políticas subnacionais dá continuidade, infelizmente, “a uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.”<sup>31</sup>

A gestação em Londrina, desde o final da década de 1970, de um bem preparado grupo de profissionais que alçaria o Serviço Social universitário e enquanto entidade classista às discussões centrais sobre o seu papel no atendimento à população carente e especificamente ao público infanto-juvenil então chamado de “crianças de rua”, não trouxe, pelos índices que a ONG Transparência Brasil apresentou sobre o estado do Paraná, resultados proporcionais à corporativa mobilização desses últimos vinte anos. Com isso não se está dizendo que são os assistentes sociais diretamente os que degeneram as relações entre Estado e sociedade no Brasil, mas que a assistência social, por nunca ter estado tão atuante nos governos e na sociedade como agora, cria e reproduz, com sua onipresença, parte das distorções sociais como é o uso político que certos agentes fazem de projetos cujos resultados não correspondem aos seus investimentos.

Enquanto em 1997, apenas 33%<sup>32</sup> dos municípios brasileiros haviam aderido ao Programa (federal) de descentralização da gestão de políticas de assistência social, o município de Londrina já se impunha como gestor de tais políticas desde 1993, antes mesmo

<sup>29</sup> ABRAMO, Cláudio Weber. “Compra de votos nas eleições de 2006, corrupção e desempenho administrativo”. Relatório de pesquisa feita pelo IBOPE Opinião para a Transparência Brasil e a União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e controle. Fevereiro de 2007. Disponível em [www.transparência.org.br](http://www.transparência.org.br).

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 40.

<sup>32</sup> ARRETCHE, Idem., p. 116.

da aprovação da LOAS pelo Congresso Nacional. Significa dizer que nessa esfera local de poder público as atribuições profissionais dos responsáveis pelo exercício da assistência social já estavam em um alto grau de maturação técnica, e que os agentes envolvidos com as práticas reguladoras desses saberes estabeleceram, desde muito cedo, amplas e sólidas relações com potenciais lideranças à esquerda de uma tradição política acostumada à solicitude personalista transformadora de direitos em privilégios, transferidores das obrigações e dos custos do atendimento às parcelas socialmente excluídas à iniciativa privada e às instituições de caráter religioso. Contraditoriamente, o aprimoramento das práticas dos assistentes sociais não seria possível caso as instituições de assistencialismo não tivessem preenchido o histórico espaço vazio deixado pelo Estado brasileiro até início da década de 1990.<sup>33</sup>

## **2.2 A consolidação de uma área de saber: o papel de Márcia Lopes**

Para se compreender os marcos e principais fatores que demarcam a criação e o funcionamento da Secretaria Municipal de Ação Social da cidade de Londrina, entre 1993 e 1996, período em que se condensou e se pôs em prática grande parte das experiências de um grupo profissional até então fracionado pela ambigüidade ideológica de suas práticas, é necessário se reportar ao trabalho acadêmico da assistente social Márcia Helena Carvalho Lopes. Com o título “A construção da política de assistência social pública: uma gestão democrática em Londrina-PR”, o trabalho desenvolvido por esta professora universitária e uma das principais agentes sociais do município representou uma das poucas perspectivas de análise político-institucional formuladas sobre esse período da administração pública da cidade. Por isso, constitui em um dos pontos de partida possíveis para uma pesquisa que possa compreender o processo de legitimação da assistência social.

Apresentado em 1999 como Dissertação de Mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – não por acaso o mais importante e profícuo centro de pesquisa em Serviço Social do Brasil<sup>34</sup> –, apesar de ter empreendido uma análise

---

<sup>33</sup> Segundo Márcia Lopes, “Quando, em 21/03/95, em audiência com o então ministro da Previdência e Assistência Social, Reinhold Stephanes, apresentamos o plano da Política de Assistência Social de Londrina e solicitamos contrapartida do Governo Federal, ouvimos como resposta, entre outros argumentos que: “o governo não tem como cuidar dos pobres. Isso é assunto para a comunidade resolver. O Estado é impotente para isso”. LOPES, op. cit., p. 121.

<sup>34</sup> Segundo Marilda Villela Iamamoto, “Coube historicamente à Igreja o quase monopólio profissional desses

sobre uma gestão cuja pasta esteve em suas próprias mãos, o que pode ter interferido na acentuação positiva de determinados aspectos e deixado de lado um tom mais crítico, os objetivos de Márcia Lopes se concentraram na apresentação de um governo que teve por mérito, segundo a autora, elaborar, desenvolver e aplicar, prioritariamente, políticas de assistência social desvinculadas do “assistencialismo clientelista” adotado pelos governos anteriores.

Aparece em seus argumentos o pioneirismo em lidar com os setores empobrecidos da cidade de maneira responsável, valorizando a população carente através de iniciativas governamentais pautadas na racionalização administrativa e no aperfeiçoamento do empreendedorismo acordado com o perfil do novo profissional da assistência social pós Constituição Federal de 1988. Seu trabalho, embora potencialize o que de positivo sua gestão realizou, acabou contribuindo para a circunscrição pontilhada de uma determinada área do conhecimento – a assistência social – que, entre o final dos anos 1970 e meados dos 80, passou por um processo de transformação, não apenas em Londrina, como também em outras cidades de porte médio e em algumas capitais, na medida em que deixou de ser uma política sem legislação quanto ao seu perfil e objetivos, para compor a Política de Seguridade Social, de caráter universal e permanente.

Ainda que a averiguação da consistência dos resultados dos projetos sociais implementados naquele período esteja entre os objetivos deste trabalho, não se está, por hora, apressando-se em identificar a distância existente entre aquelas iniciativas – muitas vezes apologética e positivamente apresentadas por Lopes – e a real transformação qualitativa do segmento aqui analisado, isto é, dos jovens atendidos pelos projetos específicos a eles destinados. Antes, e não sem atraso, a trajetória política da ex-secretária e as conclusões que tirou sobre suas ações através de pesquisa acadêmica merecem atenção pela forma como a estruturação do aparelho burocrático foi mostrada; pela maneira peculiar de se auto-referendar – a autora usa o pronome “nós” – enquanto agente participativo e construtor das instâncias constitutivas do setor do governo municipal; bem como pela apropriação e utilização de uma série de conceitos, objetos e raciocínios que puderam lhe servir como símbolos legítimos capazes de autorizar e elaborar a publicização de uma discursividade sobre como deveria ser a relação entre o Estado e o público contemplado com os benefícios.

---

agentes. A maioria das faculdades é de origem católica, ampliando o seu processo de incorporação às Universidades do Estado. Este delegou à igreja a tarefa de qualificação dos Assistentes Sociais, subsidiando financeiramente os centros de formação, mas sem geri-los diretamente”. “Assistente Social: profissional da coerção e do consenso?”. In: *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico*. São Paulo: Cortez, 1992, pp. 40-53.

Em outras palavras, vê-se logo que a importância biográfica de alguns agentes históricos que contribuem para a estruturação e a representatividade dos espaços sociais por eles protagonizados expõe Márcia Lopes a uma condição ímpar, na e para a assistência social, uma vez que sua participação, no interior da vasta rede dessas políticas, reguladas, geridas e financiadas pelos governos municipais, estaduais ou federal, foi, muito além de reflexo, importante referência para o surgimento de uma inflexão na ambígua disputa dos dividendos materiais e simbólicos que a detenção e controle deste saber lhe proporcionou.

Acredita-se que se tenha combinado, para um engajamento de tamanha envergadura, três fatores: a peculiaridade de sua profissão; um afinado instinto político; e a documentação ou construção de uma “ego-história<sup>35</sup> temática”, materializada em sua dissertação de mestrado. Representante do Conselho Fiscal da Associação Paranaense dos Assistentes Sociais (APAS) já em 1983, Márcia Lopes participou da constituição do Sindicato dos Assistentes Sociais durante a década de 1980. É significativa a importância que essa instituição teve para a rápida e consistente migração que o assistencialismo fez da filantropia para a assistência social no município. Data de 1979 a assembléia realizada entre os assistentes sociais para a escolha da primeira diretoria da Associação dos Assistentes Sociais de Londrina. Dois anos depois, se discutia o estabelecimento do salário mínimo profissional, a revisão de legislação específica e a participação da Comissão Inter-Sindical.

Questões como a inserção e ampliação do mercado de trabalho eram constantes entre os profissionais da área<sup>36</sup> – até 1983, não havia se estabelecido consenso sobre a formação de um sindicato que representasse a categoria, apesar da preocupação da vice-presidente do órgão, Fátima Pimentel, com os problemas relacionados à representação numérica de assistentes sociais em atuação e de Londrina em nível estadual; a indagação sobre a autonomia do município caso um sindicato fosse criado em Curitiba e não em Londrina; além da preocupação com a construção da história das entidades locais e as da capital do estado. Para Fátima, era

*“[...] urgente a criação de um sindicato, uma vez que a classe vem crescendo significativamente na região e necessita cada vez mais de maior poder de representação na defesa de seus interesses. Inclusive, enquanto uma atuação mais completa, impedir o exercício da profissão por pessoas não pertencentes à categoria, denunciando e providenciando medidas que evitem a existência de fatos desta ordem.”<sup>37</sup>*

<sup>35</sup> AGULHON, Maurice [et al.]. *Ensaio de ego-história*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

<sup>36</sup> FOLHA DE LONDRINA, 12/06/81, p. 4.

Como professora da Universidade Estadual de Londrina, Márcia Lopes contribuiu para o fortalecimento dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social locais. Ao mesmo tempo, defendeu a institucionalização da assistência social como política pública que se diferenciasse do atendimento filantrópico e assistencialista vigente no país desde a década de 1930.

Não seria necessário descrever todo o significativo percurso que esta personagem construiu para a trama institucional da “filantropia governamental”, se sua posterior conquista política não tivesse sido a posse, em 1993, do cargo – primeiro escalão do executivo municipal de uma cidade de porte médio – que lhe permitiu trazer a público, mais contundentemente, todas as competências adquiridas na prática intermediadora entre Estado e sociedade civil. Motivo pelo qual a contribuição que o discernimento sobre a dimensão pública da trajetória da vida de Márcia Lopes possibilitar a explicação e gramaticalidade do processo de apropriação e governabilidade de amplos setores das diferentes instâncias estatais pelos assistentes sociais, entre meados dos anos 1980 até o presente momento, no Brasil.

Foi a partir do reconhecimento tanto por parte dos setores dominantes quanto pelos seus pares que Márcia Lopes pôde acumular capital cultural e político suficientes para, além de exercer a presidência da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social e ter sido vereadora do município de Londrina entre 2000 e 2004, estar à frente da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do atual governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

É interessante pensar a visão que se projeta, a partir de um referencial teórico consensualmente aceito como pilar de sustentação do perfil “orgânico” dos profissionais da assistência social na sociedade, do italiano Antonio Gramsci, bem diferente, contudo, de uma leitura que pudesse alçar Márcia Lopes como exemplo de personalidade cuja iniciativa e liberdade políticas a eximissem das “obrigações contratuais” inerentes ao “campo” ao qual pertence.

---

<sup>37</sup> FOLHA DE LONDRINA, 06/04/1983.

*“Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e portanto da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.”<sup>38</sup>*

Como se sabe, a existência da assistência social enquanto política pública, com predomínio de gestão governamental e orçamento mais ou menos definido é fato recente, e inaugura, com o conjunto de leis sancionadas a partir de 1988, uma nova etapa da história da filantropia brasileira, cuja concretização se efetuiu quando, em 1995, o governo FHC extinguiu o CBIA – Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência e a FLBA – Fundação Legião Brasileira de Assistência, uma das mais importantes instituições responsáveis pelo repasse financeiro e regulamentação das entidades prestadoras de serviço filantrópico do país. Na perspectiva dos assistentes sociais, esse foi um período fundador de uma “nova era” institucional, pois criou o arcabouço legislativo legitimador de suas funções, afastando-os temporariamente dos estigmas que durante o século XX foram impingidos à assistência social, como, por exemplo, sua longa história de práticas assistencialistas e não assistenciais; os atendimentos emergenciais e focalizados e não universais; o exercício da atividade pelos agentes das entidades privadas e religiosas e não pelo poder governamental e, muito freqüentemente, exercido também por “tias”, “mães-adoptivas” e primeiras-damas, e não pelos assistentes sociais.

### **2.3 A filantropia perde terreno, enquanto um cidadão honorário resiste**

Se, em alguns aspectos, uma conjuntura que combinava liberalismo e redemocratização, em descompasso com os crônicos problemas sociais, acabou se sustentando através das oposições ou consensos políticos estabelecidos entre os concorrentes diretamente envolvidos na luta pelos vários tipos de dividendos políticos que a

---

<sup>38</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982,

instrumentalização da assistência social acarretou, foi porque à luz do enfrentamento político outros agentes constitutivos desse espaço de ação, juntamente com Márcia Lopes, elaboraram um interdependente contexto constituidor e constituído por essas disputas de posição e legitimidade. Em 1993, assumiu a administração municipal a coligação “Londrina na Frente”, vencedora das eleições de 1992 e representada pelos partidos PT, PDT, PPS, PC do B e PSB. Para muitos, evidentemente, uma coalizão partidária de esquerda, cujo prefeito, o médico Luiz Eduardo Cheida, à época filiado ao PT, estabeleceu como prioridade de governo, desde sua campanha, a completa erradicação da mendicância infantil na cidade.

*“[...] naquele novembro de 1992, Londrina havia sido notícia nacional pela ocorrência de um arrastão no calçadão da cidade, realizado por um grupo de meninos de rua que “aterrorizavam a todos”. Por isso mesmo, o então candidato a prefeito, Luiz Eduardo Cheida, apontava no palanque a relevância e a responsabilidade da Prefeitura nessa área, comprometendo-se que em três meses do seu governo, não haveria mais meninos de rua em Londrina.”<sup>39</sup>*

Esse arrastão, promovido por mais ou menos trinta meninos, e que resultou em danos materiais para vários estabelecimentos comerciais do centro da cidade, descortinou as diferenças ideológicas e as diretrizes políticas entre a gestão anterior – caracterizada por Márcia Lopes pelo “[...] atraso do pagamento aos funcionários e aos fornecedores, além de inaugurações de obras públicas sem a devida previsão para funcionamento e manutenção”<sup>40</sup> – e aqueles que então haviam ganho a eleição. O motivo da fúria dos meninos foi o fechamento do Albergue Infantil Jerônimo Mendonça, que em Londrina surgiu como protótipo das atuais “casas abrigo” previstas pelo ECA. Esse albergue localizava-se à rua Porto Alegre, 338, região central da cidade, e à época era administrado pelo médico Júpiter Viloz Silveira.

O Doutor Júpiter, como é conhecido na cidade, pai de sete filhos – dois adotivos – esteve à frente, a partir de meados dos anos de 1980, em um grande número de atividades filantrópicas relacionadas com a juventude carente. Espírita desde a infância, em 2004 foi homenageado pelos vereadores da Câmara Municipal de Londrina com o título de Cidadão Honorário. Esse prêmio se deveu à fundação da Associação dos Diabéticos do Estado do Paraná, da Associação dos Médicos Espíritas de Londrina, do Educandário Eurípides Barsanulfo e da Casa do Caminho que, na recente história das entidades

---

p. 11.

<sup>39</sup> LOPES, op. cit., p. 129.

<sup>40</sup> Ibid, p. 116.

filantrópicas locais, destacou-se como a primeira a desenvolver mais sistematicamente as diretrizes do ECA, antes mesmo da regulamentação do Estatuto na cidade. Atualmente, é um dos diretores da organização não governamental “Londrina Pazeando”, envolvida com o movimento em prol do desarmamento.

Em 1987, depois de regulares visitas noturnas, acompanhado de sua esposa e colegas de profissão aos moradores de um bairro pobre de Londrina, Júpiter Silveira conseguiu implantar, com um pequeno apoio financeiro da prefeitura, o primeiro albergue exclusivamente infantil na cidade. Segundo o endocrinologista,

*“A Casa do Caminho nasceu na favela. Éramos vários médicos que íamos para dentro da Vila Marisa às terças, sábados e segunda à noite. Eu ia fazer estudo de doutrina espírita com eles dentro da favela Marisa. Chegávamos às 8h da noite eu e minha esposa e vários outros, descíamos até um salãozinho e nós éramos considerados iguais a eles, respeitados. Eu tenho grandes amizades que nasceram lá, gente bacana. Essa é a postura espírita”<sup>41</sup>.*

Ao contrário de Márcia Lopes, que nesse período podia ser considerada uma das principais representantes do grupo profissional empenhado em “esclarecer” o papel e as funções que os vários atores sociais deveriam exercer quanto ao público carente atendido nas ações filantrópicas, Júpiter Silveira preocupava-se em aglutinar forças não necessariamente acadêmicas; somar recursos provenientes das mais diversas fontes para aplicá-los a objetivos que giravam em torno da constituição de uma casa capaz de acolher o maior número possível de crianças desprovidas de vínculos familiares e permanentemente encontradas nas ruas centrais da cidade.

Em 2004, declarou sua profunda simpatia pela iniciativa de Élber, jogador londrinense de futebol, que à época atuava na Alemanha, e que intermediava o financiamento de uma entidade assistencial de Londrina por empresários daquele país<sup>42</sup>; manteve-se como um ferrenho defensor do desconto percentual do Imposto de Renda para fins assistenciais: “Não é da nossa cultura redirecionarmos o dinheiro do Imposto de Renda para as instituições. Então, a campanha nunca decola”<sup>43</sup>; e foi o líder de um grande movimento da sociedade civil para a arrecadação de fundos para fins filantrópicos, organizado em 1991 e que teve a participação da Associação Médica de Londrina, Maçonaria, Universidade Estadual de

<sup>41</sup> Entrevista concedida em 04 de agosto de 2005, em Londrina, Pr., p. 04.

<sup>42</sup> Investidores/entidades. Mesa Redonda. 1º Congresso de Educação para Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Pessoal e Social. Guarda Mirim de Londrina, 2004.

Londrina, Associação Comercial e Industrial de Londrina - ACIL, Rotary, Lions, Polícia Civil, Hospital Universitário e Associação das Entidades Sociais Beneficentes do Paraná – Aesbepar. Em entrevista, Júpiter Silveira justificou o emblemático fracasso desse movimento ao sugerir a interferência de integrantes do futuro governo de Luiz Eduardo Cheida:

*“Quando aparece entre nós [...] uma senhora que nós descobrimos depois que conseguiu um empreguinho no governo Cheida. E pediu pra nós que não fizéssemos a reunião dentro de 24h porque nós tínhamos convocado 50% só do universo das entidades e que ela pegaria os telefones e ela chamaria todo mundo pra fazer uma reunião dentro de trinta dias com um universo maior, com todas as entidades e até hoje eu estou esperando. E depois ela conseguiu um empreguinho comissionado dentro da prefeitura de Londrina. [...] Só sei que ela esvaziou o nosso movimento, que foi o último canto do nosso cisne.”<sup>44</sup>*

## 2.4 Influência da medicina

Uma das primeiras ações do governo Cheida foi criar a Secretaria de Ação Social, que até aquele momento tinha suas atribuições veiculadas a uma outra pasta, a de saúde. Essa é uma informação importante para a compreensão do evolutivo processo de ascendência das atividades assistenciais no interior do “campo burocrático” estatal, na medida em que se compara a eminente escalada desse saber nos últimos vinte anos com a lenta, porém consistente efetivação dos saberes médicos enquanto conhecimentos que delegaram autoridade e poder aos seus detentores.

Júpiter Silveira, assim como Luiz Eduardo Cheida, embora fizessem parte de grupos políticos antagônicos, já que este representava o novo modelo de assistência, e aquele lutasse para não ser rotulado de assistencialista, comungam do mesmo aspecto moral que faz parte da sustentação ideológica das práticas assistenciais: são médicos e, como tais, mostraram desprendimento e iniciativa diante da fragilidade humana e dos mais necessitados, como manda o retrospecto da atividade médica em contextos de solidariedade. A despeito da distinção social que a medicina proporciona, ou justamente por se distinguirem profissionalmente em um país onde médico tem autoridade policial, cada um à sua maneira fez valer suas prerrogativas ocupacionais e centraram seus esforços em um tema que à época

---

<sup>43</sup> Entrevista. Op. Cit., p. 01.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 04.

esquentava qualquer conversa: o arrastão que os meninos do Albergue Jerônimo Mendonça realizaram no centro da cidade. Para muitos, este acontecimento trouxe à tona o debate em torno da higienização da cidade que, por sua vez, vem acompanhada de procedimentos especializados, via de regra semelhantes aos de caráter investigativo, coercitivo e classificatório, os mesmos que no passado alçaram a medicina ao *status* de ciência.

Entre final do século XVIII e durante todo o século XIX, o desenvolvimento dos procedimentos médicos em alguns centros urbanos europeus deram a um corpo de profissionais, que gradualmente se especializava, um forte caráter corporativista, por terem sido capazes de reter para si um *modus operandi* investigativo a partir do qual a eleição de critérios definidores das patologias; a catalogação e classificação dessas doenças e dos grupos sociais no interior dos quais essas enfermidades se manifestavam; e os medicamentos e aperfeiçoamentos clínicos que pudessem atenuar ou controlar os distúrbios sociais indefinidamente relacionados à loucura, à falta de higiene e à ineficiência policial, puderam servir de dispositivos de poder constituintes de um “campo de saber médico” claramente a serviço de uma burguesia sempre preocupada em estratificar os setores sociais.

Nas palavras de Carlo Ginzburg, que analisou as semelhanças semiológicas entre o desenvolvimento do conhecimento médico, histórico, artístico e de investigação policial desse período, essa “ofensiva cultural da burguesia” viria a se corporificar, entre outros instrumentos, na ascensão epistemológica e social da medicina, a ela se referindo, explícita ou implicitamente, todas as “ciências humanas.”<sup>45</sup> Entre os modelos de conhecimento que se desdobraram desse paradigma, o de assistência social talvez seja o que mais longe está de um saber com legitimidade científica, embora, paradoxalmente, na visão dos assistentes sociais, sua capacidade de generalização seja enorme.

Não é por ter se apartado da Secretaria da Saúde em Londrina somente em 1993, que a estrutura organizacional e de poder da assistência social não estivesse historicamente dependente também de outras instâncias de governo, como a de Segurança Pública e a de Educação. O contraditório processo de unificação do saber assistencial no país e em Londrina, além de passar pela difícil e incompleta troca de responsabilidade de papéis entre protagonistas (iniciativa privada) e coadjuvantes (Estado), residiu ainda no lento e intermitente, porém vigoroso esforço de um grande número de agentes originários de áreas definidas de saber, em aglutinar técnicas, procedimentos e conceitos dispersos em específicos setores da sociedade, propensos, por suas atividades características junto aos pobres, a

---

<sup>45</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário.” In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 163.

praticarem a filantropia enquanto ação residual de suas profissões. Nessa construção de um conhecimento cujos representantes atualmente se esforçam em minimizar seu sentido paliativo em relação aos problemas sociais, a utilização da assistência social como instrumento de legitimação da superioridade moral das classes dominantes não fugiu à regra dos destinos das demais ciências sociais.

*“[...] a ciência social, [principalmente a aplicada] na acepção moderna do termo, não é de modo nenhum a expressão direta das lutas sociais, [...] é antes uma resposta aos problemas que esses movimentos e seus prolongamentos teóricos enunciam [...] ela encontra seus primeiros defensores entre os filantropos e os reformadores, espécie de vanguarda esclarecida dos dominantes [...].”<sup>46</sup>*

A incisão de Bourdieu não poderia ser mais precisa. Pois entre determinadas áreas de saber, a medicina, que foi a mais preponderante como exemplo e “plataforma” científica para a formulação dos pressupostos teóricos da assistência social e dos demais conhecimentos modernos nas ciências humanas, também esteve, durante a passagem do absolutismo para os Estados constitucionais, a serviço dos reformadores. Para Ginzburg, “[...] a respeitabilidade burguesa precisava de sinais de reconhecimento igualmente indelévels, mas menos sanguinários e humilhantes do que os impostos sob o *ancien régime*.”<sup>47</sup> E essa respeitabilidade, hoje, quando a defesa da imparcialidade científica tornou-se, por evidentes questões éticas, incompatível com os projetos de poder de algumas grandes corporações, acabou se legitimando em um espaço mais que contíguo àquele ocupado pelos assistentes sociais, convencionalmente chamado de “terceiro setor.”<sup>48</sup>

Este novo ambiente onde se desenvolvem ações para suprir as deficiências tanto do Estado quanto do mercado contribui negativamente com o estatuto científico da assistência social, uma vez que a politização e a participação externa comuns às atividades aí realizadas destituem de autonomia a matiz científica componente das práticas dos profissionais graduados em Serviço Social. “O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do

---

<sup>46</sup> BOURDIEU, Op. cit., p. 96.

<sup>47</sup> GINZBURG, Op. Cit., p. 173.

<sup>48</sup> Não faz parte deste trabalho mapear a grande área de atividades a qual se denomina “terceiro setor”. Para as finalidades aqui presentes, basta esclarecer que pelo termo se entende todas as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil. A palavra é uma tradução de *third sector*, um vocábulo muito utilizado nos EUA para definir as diversas organizações sem vínculos diretos com o “primeiro setor” (público, o Estado) e o “segundo setor” (privado, o mercado).

mundo social global que o envolve.”<sup>49</sup> Além disso, se comparada à medicina, que no século XVIII sofria das incertezas científicas tanto pela doença que assumia características diferentes em cada indivíduo, quanto pelo caráter inatingível do corpo vivo<sup>50</sup>, a assistência social, por lidar com critérios qualitativos bem mais relativos – embora a miséria e o abandono sejam quase absolutos em vários lugares do Brasil –, acaba tendo por seus os nós epistemológicos formulados pela “ciência mãe” numa época em que o mais próximo de assistência social de que se tem registro no país se resumia às “instituições asilares” e às famigeradas “rodas dos expostos.”<sup>51</sup> Portanto, assim como as demais ciências humanas, a assistência social, em seu restrito problema de legitimidade científica, se depara com o seguinte dilema: “ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância.”<sup>52</sup>

---

<sup>49</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 21.

<sup>50</sup> GINZBURG, Op. Cit., p. 166.

<sup>51</sup> ALVES, Jolinda de Moraes. *História da Assistência Social aos pobres em Londrina: 1940-1980*. São Paulo: UNESP, 2002. (Tese de Doutorado), p. 20.

<sup>52</sup> GINZBURG, Op. Cit., p. 178.

### 3 RUPTURA OU CONTINUIDADE?

#### 3.1 CPI do orçamento

Independentemente do boicote ao “grande movimento que essa cidade já teve”<sup>53</sup> ter sido ou não previamente pensado pelo grupo político que posteriormente assumiria o poder executivo, pondo em prática todos os ideais de ordenamento estatal previstos nos renovados preceitos de uma assistência social que vinha “[...] realizando uma espécie de ajuste de contas com sua tradição assistencialista, filantrópica e acrítica, repondo como técnica mais refinada de abordagem da questão social e, sobretudo, alcançando *status* de efetiva política pública”<sup>54</sup>, é pertinente mencionar a quase simultaneidade existente entre o período de parcos recursos federais causadores do “levante” encabeçado por Júpiter Silveira, e o processo de recadastramento ou desfiliação das entidades envolvidas com a corrupção do Orçamento investigadas entre 1993 e 1994 no Congresso Nacional. Um dos maiores escândalos recentes de corrupção que acabou coincidindo e se relacionando com o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello – já que sua mulher, Rosane Collor, dirigente da LBA (principal órgão responsável pela distribuição de verbas às entidades assistenciais do Brasil), foi acusada de malversação do dinheiro público e de favorecimento ilícito a seus familiares –, levou à apuração, por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de que somente no ano de 1992, 64% das liberações de recursos promovidas pelo então Ministério do Bem Estar Social haviam sido desviadas.

No Estado do Paraná, quatrocentas entidades sem fins lucrativos foram descredenciadas, trinta e uma em Londrina. Dessas, descobriu-se que oito eram fantasmas. Nesta CPI, era membro da Subcomissão de Subvenções Sociais o deputado federal pelo PT e atual Ministro do Planejamento Paulo Bernardo Silva, que posteriormente viria a ocupar o cargo de Secretário da Fazenda do município de Londrina, durante o governo da coligação “Londrina na Frente”. Detentor de um amplo conjunto de informações e procedimentos sobre os trâmites burocráticos que envolviam a intermitente e suspeitosa transferência de recursos para as entidades de todo o país, Paulo Bernardo, ao compor a equipe de trabalho de Luiz Eduardo Cheida, pôde dar consistente contribuição para que o processo de reestruturação

---

<sup>53</sup> Ibidem.

<sup>54</sup> LOPES, Op. Cit., p. 68.

política das atividades assistenciais pudesse se consolidar na cidade, inibindo, politicamente, atores mais afinados com o voluntarismo de Júpiter Silveira.

Uma das conclusões divulgadas na apresentação do relatório final sobre os desvios do Orçamento da União para 1991, era de que “[...] a baixa responsabilidade dos órgãos concedentes, quer na prestação dos serviços ou na prestação de contas, possibilitou um verdadeiro assalto aos cofres públicos.”<sup>55</sup> Para a reversão desse quadro, a relatoria da comissão defendia a necessidade da criação de mecanismos que aprovassem e administrassem os recursos, além de fiscalizarem o funcionamento das instituições, e que, ao mesmo tempo, fossem compostos por representantes da própria região onde o dinheiro fosse aplicado. Para os eleitos locais em 1993, a resposta parecia vir de Porto Alegre, cuja experiência positiva do Orçamento Participativo, que funcionava a partir de Conselhos Municipais, órgãos colegiados e de composição paritária entre o Estado e a sociedade civil implantados pelo prefeito Olívio Dutra (1988-1992), também do PT, havia dado àquele município uma relativa autonomia para a gerência dessas verbas.

Em Londrina, o raio de ação de Júpiter Silveira parecia se encurtar a cada conquista da nova administração. “[...] eu fui o primeiro a ser eleito para o Conselho (Municipal) da Criança e do adolescente – e era cercado por pessoas com interesse político. [...] esse conselho foi dominado politicamente pelo PT. E a partir daí eu fui estigmatizado lá dentro. E eu não agüentei e pedi demissão.”<sup>56</sup>

Não obstante, a insatisfação de setores da sociedade londrinense historicamente envolvidos com o auxílio material aos pobres – por perderem o monopólio no que diz respeito aos dividendos simbólicos obtidos com as ações de cunho filantrópico, graças à ausência de regulamentação legislativa ou plano de governo específico para a transferência de renda – não isentou sua principal liderança (O Doutor Júpiter) em apontar significativos impasses ocorridos entre as entidades assistenciais e a administração anterior, do então prefeito, à época no PDT, Antonio Casemiro Belinatti. A determinação de Júpiter Silveira em estabelecer uma sólida unidade de atendimento infanto-juvenil no centro da cidade durante a “era Belinatti”, e que funcionaria para triagem e encaminhamento das crianças que perambulavam pelas ruas, acabou sendo barrada por aquilo que Márcia Lopes chamou de “[...] políticas sociais [...] de caráter compensatório, concessão do governo; recursos insuficientes; ações paliativas (distributivas) e responsabilidade da sociedade.”<sup>57</sup> Essas eram,

---

<sup>55</sup> FOLHA DE LONDRINA, 32/01/1994.

<sup>56</sup> Entrevista, Op. Cit. p. 02.

<sup>57</sup> LOPES, Op. Cit., p. 50.

provavelmente, as características do governo Belinatti, usadas pela assistente social para dicotomizar o mandato dele com o de Cheida.

Se a partir de 1993, as decisões das entidades eram fundadas sobre a metodologia adotada para o atendimento às crianças, ou quanto à maneira de se obter e gastar os recursos que necessariamente tinham que passar pelo crivo da inédita Secretaria de Ação Social, na gestão anterior as dificuldades eram de outra ordem, pois seguiam o modelo paternalista e pouco igualitário de Antônio Belinatti, conhecido na cidade por “resolver” pessoalmente alguns problemas individualizados da população, como vaga em creche para filho de um, ou asfalto na rua da casa de outro. Para a população carente da cidade, um verdadeiro pai, com garantia de voto independentemente das práticas distorcidas que empreendia à frente da prefeitura.

### **3.2 Uma casa, qual caminho?**

Com quase cinco anos de funcionamento, em 1991 a Casa do Caminho já havia enfrentado quase todas as situações vivenciadas pelas demais instituições filantrópicas dependentes do voluntariado ou das esferas governamentais para a sua manutenção: superlotação de suas dependências; atrasos constantes dos repasses financeiros acordados com os órgãos relacionados ao Ministério do Bem Estar Social; denúncia de utilização do nome da instituição em bingo para auferir lucro a terceiros e, evidentemente, preconceito ou aversão de alguns setores da sociedade pela *clientela* a qual voltava suas atividades. Este último aspecto é motivo de atenção, pois pode ser causa da gradativa mudança da instituição quanto ao perfil das crianças atendidas.

Em 1987, a Casa do Caminho tinha por objetivo recepcionar o menino ou menina de rua durante a noite, com banho, refeição e descanso, permitindo que durante o dia eles voltassem para as ruas. Independentemente de ter ou não histórico policial, o entendimento era de que as crianças e adolescentes enxergassem a Casa como um ponto de referência onde pudessem se sentir seguros. Mesmo assim, Júpiter Silveira dizia que “[...] a finalidade da instituição que está sendo criada em Londrina é a de oferecer a estes menores atrativos suficientes para que, a longo prazo, adotem a Casa do Caminho como seu próprio

lar.”<sup>58</sup> O caráter de albergue acabou se mantendo de forma residual, enquanto que as principais atividades se concentraram em serviços de creche e moradia permanente para as crianças cujo comportamento não estivesse demasiadamente comprometido com as ruas.

A experiência estimulou em Júpiter Silveira o desejo de criar uma instituição que servisse de intermediária entre as especificidades dos jovens que viviam nas ruas e as diferentes entidades que então funcionavam na cidade voltadas para um público que não tinham as ruas, necessariamente, como seus lares. A Casa do Caminho, que havia nascido para ser “pau para toda obra”, lentamente se redefinia e se impossibilitava em estabelecer vínculos diretos com uma *clientela* para o qual a prática filantrópica ou os saberes médicos e assistenciais não mostravam tanta eficiência isoladamente. Ao somar esses dilemas à intolerância de sua vizinhança de classe média para aceitar jovens sem vínculos familiares, pobres, violentos e quase todos negros, perambulando pelo bairro, tem-se, então, o contexto a partir do qual Júpiter Silveira tentaria resolver suas limitações no atendimento da Casa com uma alternativa que se adequaria à recém publicada lei nº 8.609, de 13 de junho de 1990.

### **3.3 Albergue Jerônimo Mendonça: um divisor de águas**

O Parágrafo Único do artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente diz que “O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.” A lei, que permanecera engavetada até março de 1991, passou a ser discutida quando Júpiter Silveira iniciou negociação com o vice-prefeito Carlos Antônio Franchello, para fazer do desativado prédio da Colsan – Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, o primeiro abrigo transitório com localização estratégica para a recepção das mais de 300<sup>59</sup> crianças e adolescentes que viviam nas ruas de Londrina.

A proposta acabou se transformando em uma guerra entre Júpiter Silveira e os moradores da Rua Guararapes que avizinhavam o prédio. Mais uma vez, a tentativa em estabelecer uma relação entre a sociedade e os jovens carentes esbarrava na reclamação dos moradores em dividir espaço com pessoas que pudessem assaltá-los, agredi-los ou influenciar negativamente seus filhos. Através de um abaixo-assinado, encaminharam pedido a Carlos

<sup>58</sup> FOLHA DE LONDRINA, 06/12/1987.

<sup>59</sup> FOLHA DE LONDRINA, 07/03/1991.

Franchello, que também era presidente da Colsan, exigindo o cancelamento do acordo entre o órgão e a Casa do Caminho, sugerindo, em lugar do abrigo, a instalação de um posto dentário, uma clínica médica ou uma escola infantil. Para a moradora Alice Vieira, uma das organizadoras do abaixo-assinado, “essas crianças deveriam ser levadas para um lugar mais espaçoso e mais distante da cidade [...] esses meninos são os carentes da rua, são violentos, cheiram cola e chegam até a fazer pequenos assaltos. Vão nos amolar, com certeza.” Além disso, Alice acrescentava que “[...] os moradores têm direito a não querer o albergue porque pagam impostos e já contribuem com entidades assistenciais. [...] se eles [Júpiter Silveira] não querem que o albergue funcione junto com a creche [na Casa do Caminho] é porque estes menores realmente criam problemas.”<sup>60</sup>

Mesmo com as denúncias de Júpiter Silveira de que o idealizador do abaixo-assinado teria sido o próprio Franchello, e ameaçando inclusive utilizar o ECA para punir os moradores da Guararapes por omissão aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, a opinião dos moradores se fez mais forte e Carlos Franchello voltou atrás, justificando a impossibilidade em ceder o imóvel em regime de comodato para a Casa do Caminho pela iminente reativação da Colsan. Segundo o vice-prefeito, “[...] não podemos ignorar tantas assinaturas. Isto nos causaria problemas e não teria sentido já que a Colsan vai ser reativada.”<sup>61</sup> O que definitivamente não aconteceu.

Somente em outubro daquele ano é que o local para o funcionamento do abrigo transitório em Londrina seria definido. Com a confirmação da liberação de recursos municipais suficientes para o pagamento de um ano de aluguel de um imóvel na Rua Porto Alegre, o prefeito Antônio Casemiro Belinatti garantia à comissão formada por representantes de entidades assistenciais uma casa com capacidade para o atendimento de até quarenta crianças, funcionando segundo o projeto elaborado pela própria comissão, em acordo com o ECA, e sob a coordenação da Casa do Caminho. O juiz da Vara de Menores Dimas Ortêncio de Melo salientava que, a partir da inauguração, que aconteceu no dia da criança, os meninos teriam “[...] que vir de forma espontânea, como também será da vontade deles seguir para uma outra instituição.”<sup>62</sup>

Paralelamente à criação desse abrigo, denominado Albergue Infantil Jerônimo Mendonça, assim como nos demais municípios brasileiros, outros acontecimentos e iniciativas relacionados à infância e juventude carentes esquentavam os debates e

<sup>60</sup> FOLHA DE LONDRINA, 26/03/1991.

<sup>61</sup> FOLHA DE LONDRINA, 26/03/1991.

<sup>62</sup> FOLHA DE LONDRINA, 03/10/1991

estimulavam o interesse de alguns segmentos sociais sobre o processo de transformação das práticas assistenciais que vinha sendo iniciado na virada da década. Em setembro de 1989, realizou-se o 1º Seminário Municipal sobre Atendimento e Promoção Social do Menor, promovido pela Secretaria de Saúde e Promoção Social. Contou com a participação de juízes, promotores, entidades beneficentes, Sindicato dos Assistentes Sociais, pastorais e empresariado, e tinha por objetivo “definir estratégias e diretrizes para o atendimento e promoção social ao menor.”<sup>63</sup>

Em janeiro de 1990, uma comissão de moradores do conjunto habitacional Aquiles Stenghel apresentou à prefeitura um projeto denominado Centro Educacional Esportivo de Apoio ao Menor, que desenvolveria cursos “pré-profissionalizantes” como corte e costura, cabeleireiro, datilografia, manicura, artes gráficas, entre outros. Em março, representantes locais do MNMMR promoveram encontros com crianças e educadores da cidade para discutir o dia-a-dia da profissão de educador social e a violência e maus tratos contra a criança abandonada. Enfim, tudo indicava que a aprovação do ECA não havia sido um ato isolado, pois em cada artigo seu estava presente a mobilização da sociedade em torno do tema “criança e adolescente”.

### **3.4 Aesbepar<sup>64</sup>: sutil instrumento de poder**

Em meio a tantos movimentos reivindicatórios da sociedade civil pelos direitos da criança e do adolescente, as políticas federais para a assistência social pareciam caminhar em sentido contrário, já que foi nesse momento que o dinheiro da LBA não chegava às entidades, por motivos de corrupção e pela natureza histórica mesmo do órgão, em liberar recursos sem periodicidade definida. A insustentável situação proporcionou a André Luiz Vargas, recém eleito diretor da Aesbepar, liderar em agosto um movimento de protesto formado pelo conjunto de entidades dependentes dos recursos da fundação.

Fundada em 1986 com o objetivo de potencializar a representatividade das instituições de caridade no Paraná, ampliando o poder de barganha frente ao estado e ao governo federal, embora se mostrasse bastante propensa a atender as pressões e *lobbies* de Londrina e cidades vizinhas mais facilmente do que de outras regiões do estado, a Aesbepar,

<sup>63</sup> FOLHA DE LONDRINA, 24/09/1989.

<sup>64</sup> Associação das Entidades Sociais Beneficentes do Paraná.

enquanto existiu, pareceu servir mais como vitrine política para sua diretoria do que como instituição preocupada em estabelecer organicidade e integração entre os atores do cenário assistencial paranaense. Seu primeiro presidente, o padre Valter Aparecido Pegorer, da cidade de Apucarana, que permaneceu à frente da associação por pelo menos quatro anos, notabilizava-se pelas suas declarações carregadas de dúvidas sobre o conteúdo voltado para a infância e juventude acentuado pela Constituição Federal aprovada em 1988: “Pago para ver a Carta ser realmente aplicada. Este é um país de papel e não acredito, de forma alguma, nos propósitos do atual sistema de governo.”<sup>65</sup> Também mostrava-se ciente do caráter paliativo das instituições: “A verdadeira missão delas é devolver ao indivíduo o direito de cidadania, permitindo a ele [o menino carente] andar com suas próprias pernas e com a cabeça erguida. Mas isso, hoje, é uma utopia. O máximo que conseguimos fazer é o simples assistencialismo.”<sup>66</sup>

Nas inúmeras pelejas que travou com os órgãos de governo para assegurar o sustento das entidades, Valter Pegorer defendeu a reversão de um percentual dos lucros obtidos com as loterias para as instituições; fez pressão junto aos deputados federais do Paraná para que dessem apoio, no Congresso Nacional, ao ofício elaborado pela Aesbepar reivindicando a votação do Projeto de Lei nº 8.421-A de 1986, de autoria do Presidente José Sarney e que previa a isenção de encargos sociais para as entidades (“Não é justo fazer a função do Estado e pagar para isso”<sup>67</sup>); além de ter conquistado para as entidades assistenciais o direito a um desconto de 50% sobre as taxas de consumo de água. Elegeu-se prefeito de Apucarana pelo PFL – Partido da Frente Liberal no mesmo ano da vitória de Cheida em Londrina. Atualmente no PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, está pela terceira vez no comando do executivo daquela cidade.

Em Londrina, Luiz Eduardo Cheida inaugurou um período caracterizado pela regularidade dos repasses municipais e homogeneização dos critérios para o funcionamento das instituições de assistência. Paradoxalmente, pessoas como Júpiter Silveira, ou então Pedro Romero, presidente do também espírita Lar Anália Franco e coordenador das Casas Lares – unidades londrinenses de atendimento que se anteciparam ao ECA e funcionam desde 1978 com número reduzido de crianças, evitando a massificação –, teriam todos os motivos para comemorar, já que sempre exigiram a participação do Estado nessas propostas, não fosse uma certa desconfiança provocada pela cultura da benemerência arraigada em suas

---

<sup>65</sup> FOLHA DE LONDRINA, 30/10/1988.

<sup>66</sup> FOLHA DE LONDRINA, 30/10/1988.

<sup>67</sup> FOLHA DE LONDRINA, 30/10/1988.

práticas sociais. Agentes outros, que não se identificavam nem com o personalismo de Antônio Casemiro Belinatti, tampouco com os de patronos historicamente respeitados por suas biografias caritativas, mudavam as regras do jogo e criavam espaços de negociação onde a averiguação, prestação de contas, planejamento sistematizado e regulares publicizações de resultados davam a tônica dos projetos.

Durante o governo Belinatti, os atores estavam mais familiarizados com o envolvimento paternal em tais problemas, que quase sempre se resumiam a reivindicações para o aumento das verbas municipais; audiências com membros da LBA; ou exigência na agilidade do governo estadual quanto ao repasse do dinheiro remetido pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). Os adversários tinham perfis semelhantes e se conheciam bem, o que fazia da crise social moeda de troca corrente no interior do espaço de disputas, até o início das discussões, em março de 1991, entre Júpiter Silveira e o vice-prefeito Carlos Antônio Franchello sobre a instalação de um abrigo provisório na cidade, que culminou, depois de intermináveis debates públicos sobre a regulamentação do ECA, com a inauguração do Albergue Jerônimo Mendonça em outubro, no Dia da Criança.

Para o funcionamento dessa casa, que contaria com o trabalho de cinco funcionários mantidos pelo governo estadual, sendo um psicólogo e um assistente social, firmou-se um convênio pelo qual a prefeitura responsabilizar-se-ia pela locação do imóvel, o que parece não ter se cumprido, já que um ano depois o proprietário o requereu por falta de pagamento do aluguel. “Isso daí foi uma coisa traumatizante. Nós inauguramos com a presença do prefeito Belinatti, da sua esposa e banda de música. [...] um dos itens [do convênio] era o pagamento do aluguel que ele nunca pagou. Doze meses. Não pagou nem um mês. Nós fomos despejados.”<sup>68</sup> Os desdobramentos do “despejo” de outubro de 1992, ao qual Júpiter Silveira, diretor do albergue se refere, tiveram uma extensão que os agentes nele envolvidos não poderiam precisar, a começar pela vingança dos meninos que lá eram abrigados. A promessa de adequação de moradia especificamente a esses trinta jovens só se concretizou em junho de 1993, com a criação da Escola Oficina e da “Casa Irmão do Futuro”, pelo Governo do Estado. No intervalo desses sete meses, os meninos do arrastão foram para a chácara da Igreja Presbiteriana, ficaram acampados no Centro Social da Vila Portuguesa e no pátio da Escola Profissional e Social do Menor de Londrina (Epesmel), além de se alojarem no Recanto Amigo de Londrina.<sup>69</sup> Foi o tempo suficiente para se transformarem em símbolo das mudanças políticas que aquela eleição anunciava. A temática da gestão que Luiz Eduardo

---

<sup>68</sup> Entrevista, Op. Cit., p. 5.

<sup>69</sup> FOLHA DE LONDRINA, 17/05/1993.

Cheida prometera em campanha provavelmente não teria tido a mesma força caso seu antecessor anteviesse, como clamava Júpiter Silveira, a necessidade em se adequar definitivamente aos artigos do ECA, principalmente ao artigo 92, que diz que

*“As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar [...] os princípios de I – preservação dos vínculos familiares; II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III – atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V – não desmembramento do grupo de irmãos; VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII – participação na vida da comunidade local; VIII – preparação gradativa para o desligamento e IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.”*

A luta pelo cumprimento de todos esses incisos ainda hoje não diminuiu. Ao contrário, em Londrina os responsáveis por aplicá-los parecem estar cada vez mais longe de seus objetivos. Seja como for, a Casa de Custódia do Jardim Igapó, inaugurada em fevereiro de 1993; a primeira Casa Abrigo da prefeitura com capacidade para dez meninos, inaugurada em março e que passou a funcionar na Av. Juscelino Kubitscheck; a segunda Casa Abrigo em convênio com a ACIL, inaugurada em novembro, para dezesseis meninos, localizada à Av. 10 de Dezembro, onde hoje é a sede do Conselho Tutelar de Londrina; a terceira Casa Abrigo inaugurada em fevereiro, próximo à Vila Marizia, na Zona Norte, em convênio com a Casa do Bom Samaritano; e a quarta Casa Abrigo da prefeitura, em uma chácara na Gleba Lindóia, também na Zona Norte, independentemente da eficácia com que se adequaram à nova legislação, foram demonstrações concretas e reais da potencialidade e capacidade operacional concentradas na nova Secretaria de Ação Social.

## 4 FATO SOCIAL TOTAL

### 4.1 Método

A questão da caridade transformou-se, em muitos contextos, em atividade potencializadora de biografias políticas. É bem verdade que ser caritativo é uma condição social muitas vezes imperiosa imposta ao homem. No entanto, os perfis dos agentes sociais que fazem parte deste estudo consolidaram-se em um cenário político-partidário que, ao permear e extrapolar os círculos de poder na cidade de Londrina, imbuíram-se da moral e dos valores fundantes da filantropia e da assistência social como condição *sine qua non* para o seu sucesso e ascensão profissional e política. À época da aprovação da Constituição de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, e da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) em 1993, havia um alto grau de interesse presente nas falas e práticas destes que eram representantes das entidades assistenciais, enquanto defesa da prioridade de renovação e regularidade no funcionamento das unidades de atendimento aos jovens carentes. A preponderância do assistente social como profissional com atuação legitimada pelo Estado na mediação dos jovens carentes com os órgãos governamentais indicava o eixo central a partir do qual o “campo” de ação destes agentes podia ser vislumbrado: o modelo de ascensão política destes personagens, bem como a aquisição de *status* e autoridade sobre assuntos direta ou indiretamente relacionados com a filantropia e a assistência social direcionados a crianças e adolescentes no município. Suas responsabilidades como coordenadores, diretores, gestores ou idealizadores de instituições credenciadas junto ao Ministério do Bem Estar Social ou de órgãos representantes de classe profissional – especificamente os de assistente social – expuseram-nos à mídia e ao crivo da opinião pública com tamanha intensidade que suas posteriores conquistas de cargos eletivos no poder executivo e legislativo nos três níveis da federação acabariam referendando a força e o apelo que o assistencialismo (assistência social e filantropia) detinha (e detém) quando oportunamente evocado e praticado no lugar e momento certos.

A circunscrição do processo em que esses agentes envolveram-se, movimentando-se politicamente com objetivos nem sempre previamente definidos, fundamenta-se em critérios descritivos e analíticos cuja teoria e metodologia não se apresentam separadamente, uma vez que, se considerarmos a sociologia reflexiva de Pierre

Bourdieu “[...] não se pode reencontrar o concreto combinando duas abstrações.”<sup>70</sup> Ou seja, os procedimentos empíricos de escolha de materiais; a separação dos tipos de documentos e a localização dos pontos em que os conteúdos dessas fontes se cruzam; bem como a escolha dos personagens socialmente estruturantes e estruturados pelo objeto investigado, não constituem uma etapa posterior tampouco precede a apreensão dos pressupostos teóricos que compreendem a realidade social a partir de categorias, conceitos e classificações, mas estabelecem, em conjunto com tais ferramentas, a gramática tradutora dessa sociologia, produtora de dificuldades metodológicas diretamente proporcionais aos progressos teóricos do trabalho.<sup>71</sup>

Separar teoria e metodologia em momentos distintos da pesquisa é aproximar-se, enfim, de uma estéril oposição epistemológica responsável pela divisão do trabalho científico, a partir da qual as peças de evidências encontradas ou construídas durante a perscrutação, acabam se transformando em provas evidentes, principalmente quando instituída a essa divisão inerente à compreensão de senso comum sobre o mundo social, estiver a noção de necessidade transformada em virtude. Ou seja, quando os elementos teóricos deixarem de pré-definir os princípios de construção do objeto, para agregarem “valor teórico” à sua explicação.

*“Com efeito, as opções técnicas mais 'empíricas' são inseparáveis das opções mais 'teóricas' de construção do objeto. É em função de uma certa construção do objeto que tal método de amostragem, tal técnica de recolha ou de análise dos dados, etc. se impõe. Mais precisamente, é somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova.”<sup>72</sup>*

*Grosso modo*, ao se evitar um caminho excessivamente etapista para o desenvolvimento da pesquisa, busca-se alternativas de descrição e interpretação que superem a oposição teoria/método ao mesmo tempo que agreguem dados concretos à construção do objeto. Por extensão, torna-se necessário redefinir a noção de “contexto”, que aparece como procedimento auxiliar, mas imprescindível para o acordo de uma perspectiva “polissêmica” sobre o que se investiga. “O contexto é imanente às práticas, faz parte delas [...] Como a troca de informação, a aprendizagem ou a mobilização da memória, ele não é contínuo nem

---

<sup>70</sup> BOURDIEU, Op. Cit. p. 24.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 24.

coerente na duração, mas habitado por múltiplas contradições e fraturas internas.”<sup>73</sup> Sob esse olhar, os agentes sociais manifestam interesses nem sempre coincidentes com o núcleo a partir do qual parte o estudo (a assistência social voltada para o atendimento à infância e juventude como prática que produz capital político), embora seus discursos e suas ações se disseminem para além do “campo assistencial” ou da cidade de Londrina; e se influenciem pelas condutas do público para o qual presta serviços ou dos enunciados jurídicos que esquadriham suas políticas, mas também por demandas eleitorais mais segmentadas; pelos interesses dos financiadores que compõem as parcerias dos projetos sociais e, inclusive, pelas análises com legitimidade acadêmica oriundas de intelectuais situados no topo da pirâmide do “campo da assistência social”.

## 4.2 Dádiva

A tais agentes sociais, por terem protagonizado amplos debates impregnados dos ideais cristãos e burgueses de generosidade, solidariedade e doação, cabe estabelecer em que medida suas ações estreitaram vínculos, confundiram-se ou puderam ser comparadas com as “regras”, os princípios e a moralidade daquilo que o antropólogo e sociólogo francês Marcel Mauss chamou de dádiva: a obrigação de dar, receber e retribuir.

Este autor, no início do século XX, ao estudar sociedades tribais da Oceania e do noroeste americano, pôde revelar um conjunto de fenômenos que agregavam comportamentos individuais e coletivos de conteúdos singulares, embora – e o mais importante – suas formas fossem de caráter universal. Comparativamente, em seu “Ensaio sobre a dádiva”, de 1924, estão presentes instrumentos teóricos que em muito esclarecem a dinâmica capitalista na qual se coadunam as divisões sociais e as desigualdades arbitrariamente impostas por lideranças comunitárias, cujo capital político e representatividade popular são conquistados, muitas vezes, por uma exacerbada defesa de programas assistencialistas e filantrópicos que, travestidos de políticas sociais, traduzem o interesse, o investimento pessoal e o zelo biográfico de seus idealizadores.

Por essa perspectiva, que compreende as ações relacionadas tanto a representantes da sociedade civil quanto do Estado – e que poderia ter como paradigma as

---

<sup>73</sup> BENSÁ, Alban. “Da micro-história a uma antropologia crítica” In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 46.

chamadas “campanhas do agasalho”, ou programas televisivos como o “Criança Esperança” – , os enunciados que exigem a construção de mais albergues para a cidade; a nomeação para a direção de um abrigo; o depoimento lacrimoso em congressos sobre infância carente e a delinqüência juvenil; a exposição midiática com apelos à sociedade para que se sensibilize com o problema do “menor abandonado”; a luta pela liberação de mais recursos dos governos estadual e federal; o projeto de lei que prevê algum benefício extra para a “causa do menor”; e até mesmo as críticas às estruturas obsoletas de atendimento, podem trazer embutidas uma certa reivindicação pela paternidade de alguma idéia, pela autoria de algum projeto, pela iniciativa pessoal de alguém que, “solidariamente”, contribuiu com provimento ou doação “àqueles que nada têm”, tirando destes a capacidade de completar o movimento que constitui a dádiva, pois recebem, mas, ao menos diretamente, não lhes é permitido (“oportunizado”) retribuir.

Entre as descrições de Mauss, os Tlingit e os Haïda eram tribos exemplares no tocante ao tradicional e solene costume do confronto muitas vezes belicoso, entre clãs ou famílias cujo objetivo final era a troca de bens os mais diversos. A doação e o oferecimento de banquetes, embarcações, vestimentas, utensílios domésticos, armas, adornos, serviços, mulheres, crianças ou qualquer outro presente que em si embutisse valor positivo; fosse material ou simbólico; de um grupo para outro, era uma imposição incondicional para a manutenção do poder, honra e status dos chefes representantes do grupo doador. Não adquiria respeito local a tribo insensível ao ato de dar; a tribo incapaz do esforço coletivo que consistia no acúmulo anual de riquezas destinadas à doação para seus vizinhos em festas de “confraternização”. Eram nesses encontros que se media a moral e a integridade dos indivíduos, já que existia entre os diferentes clãs envolvidos com tais rituais uma ferrenha disputa para definir quais eram os mais desprendidos, os mais dispostos a se desfazer de seus patrimônios, os mais verdadeiramente capazes de abdicar de seus excedentes em prol da aquisição de respeito e subserviência daqueles aos quais os presentes se destinavam.

*Potlatch* é a denominação chinook que Mauss emprestou da própria linguagem dos americanos para referir-se a essa regular competição que “elege” o bom, o generoso, o grande doador a quem, a partir do momento que recebe algo, compromete-se a retribuir à altura o presente ganho. “[...] essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública.<sup>74</sup> O *potlatch*, que

---

<sup>74</sup> MAUSS, Op. Cit., p. 191.

literalmente significa “nutrir”, “consumir”, é a complexa relação interdependente de grupos que compõem determinadas sociedades cuja base de coesão norteia-se segundo a constante troca mágica de bens ou serviços. Segundo Mauss, essas trocas não podem ser comparadas com o comércio corrente praticado intra e extra tribal, pois a excepcionalidade do *potlatch* está em seu caráter mágico e espiritual impregnado tanto no ato de troca quanto nas coisas trocadas e nas próprias pessoas que executam essas prestações. A retribuição, por outro lado, torna-se igualmente compulsória, e a igualdade entre quem dá e quem retribui é medida pela qualidade e quantidade dos bens “negociados”.

Já que dar, receber e retribuir constituem os momentos da troca na dádiva, é necessário que haja um compromisso entre as partes capaz de configurar um completo movimento de ida e de volta para que o conceito seja pleno, ou para que as prestações sejam totais. “[...] essa mistura íntima de direitos e deveres simétricos e contrários deixa de parecer contraditória se pensarmos que há, antes de tudo, mistura de vínculos espirituais entre as coisas, que de certo modo são alma, e os indivíduos e grupos que se tratam de certo modo como coisas.”<sup>75</sup> É interessante ressaltar aqui, conforme as interpretações de Mauss, a idéia peculiar de liberdade que se constrói, pois por não se poder desprezar uma oferenda, nem se permitir a desobrigação do regalo ou da hospitalidade, os indivíduos se vêem envolvidos em uma rede de cumplicidade que somente em rara intenção deliberada em não comungar do sentimento de pertencimento à tribo é que se justificaria em um chefe a ostentação sem partilha ou o menosprezo frente a oferta de presentes. Aliás, ostenta aquele que está à margem da regra, pois não é digno de respeito o clã ou chefe que busca admiração pública na exteriorização do usufruto particularizado de suas posses. Ao contrário, a dignidade dos agentes se faz presente justamente na capacidade que eles têm em dispor às lideranças das tribos rivais tudo o que para o julgamento coletivo possui algum valor. Livre está, portanto, aquele que finge não precisar dar, ou então aquele que dispensa ou ignora o regalo de um vizinho, ou qualquer grupo que polarize poder e status com sua tribo, desde que haja a seu favor uma convergência de fatores e precedentes históricos que façam respeitável publicamente o volume de seu capital político.

Entretanto, antes de se aproximar qualquer característica presente no interior da estrutura social dessas sociedades, com aspectos da vida coletiva ocidental-capitalista, ou, especificamente, de alguns atores componentes da trama político-institucional à qual esta pesquisa se reporta, é importante frisar certa literalidade das práticas do *potlatch* que

---

<sup>75</sup> Ibid, p. 202.

proporciona a esse fenômeno um sentido eminentemente agonístico. Ou seja, para fazer valer a supremacia política de um grupo sobre outro, a simples doação nem sempre é suficiente, levando as partes rivais a um “combate total”, no qual a destruição de seus bens e propriedades traduz o ponto limite a que podem chegar alguns chefes dispostos a provar seu sincero “desinteresse” material. Para Mauss, trata-se de uma “luta de riquezas”:

*“Os bens se perdem no potlatch como são perdidos na guerra, no jogo, na luta. Em alguns casos, não se trata sequer de dar e retribuir, mas de destruir, a fim de nem mesmo querer dar a impressão de desejar ser retribuído. [...] Dar é já destruir, [...] a destruição propriamente dita parece constituir uma forma superior de dispêndio. [...] Assim como na guerra é possível apoderar-se das máscaras, dos homens e dos privilégios dos proprietários mortos, assim também numa guerra de propriedades mata-se a propriedade: ou a própria, para que os outros não a tenham, ou a dos outros, dando-lhes bens que eles serão obrigados a retribuir ou que não poderão retribuir. [...] Se a propriedade é morta [portanto], é que ela tem uma vida.”<sup>76</sup>*

### 4.3 Interesse e responsabilidade social

A re-tradução do *potlatch* para a realidade capitalista, longe de ser sutil, apresenta-se com toda sua materialidade em um grande número de estratégias empreendidas por agentes dos segmentos elitizados da sociedade, uma vez que a luta concorrencial existente no interior da estrutura de classes alça a condições economicamente privilegiadas indivíduos que não detém ou ainda não interiorizaram certas condutas daqueles que se percebem como detentores naturais e legítimos de *status* e prestígio. Por isso, entre os mais abastados, faz-se necessário exteriorizar certos princípios e valores que possam distinguir a “nobreza” da “burguesia”, o rico “socialmente responsável” do novo rico, o bom senso e a discrição do deslumbre e ostentação, enfim, separar o joio do trigo afirmando uma condição política que se impõe por práticas que traduzam a preocupação com a sociedade como um todo e não apenas com o capital econômico familiar. Não basta ser rico, é necessário ser bom, bondoso, e a maior prova de bondade é a doação aos pobres e aos necessitados, seja em dinheiro ou seu sinônimo, o trabalho voluntário, possível graças à disposição de uma arguta minoria da classe dominante em instrumentalizar em benefício próprio o tempo livre que seus pares menos politizados gastariam com lazer.

Certamente existem atalhos para a classe média capazes de levar seus representantes a ocupar espaços igualmente privilegiados nesse complexo “campo” do desprendimento e do altruísmo, onde todos são iguais na medida do bem comum que proporcionam à comunidade. Um modelo exemplar de filantropia institucionalizada no qual o caráter socialmente distintivo de seus membros se assegura mais pela retidão profissional e capacidade relacional em determinados contextos sociais do que pelo exclusivo capital econômico que possuem é o *Rotary Club*. Justamente por não ser considerado por seus representantes uma instituição com fins lucrativos, dá chances a quem o integra de testemunhar e participar de vários ritos de consagração pelos quais é possibilitada e permitida a convivência entre pessoas de classes diferentes. O depoimento de um presidente distrital, retirado de uma pesquisa<sup>77</sup> sobre a sociabilidade dos rotarianos na cidade de São Paulo, faz emergir alguns elementos sociológicos pertinentes ao tema aqui discutido:

*“No Rotary [...] a gente trabalha praticamente como família. Então, ali durante o trabalho em si, por exemplo, eu tenho no meu clube o cônsul da África do Sul, o presidente do banco da Argentina e outros empresários de destaque, certo? Mas no momento do clube o tratamento é totalmente informal, a gente não está praticamente se lembrando exatamente de que função cada um tem especificamente, isso não vem à tona a todo momento. Agora, do lado externo, andar com o distintivo do Rotary realmente abre uma série de portas, facilita muito, dá credibilidade, isso eu percebo com muita facilidade. [...] a partir daí você passa a compreender melhor, passa por outros universos em que atua o ser humano, e isso, para você, funciona como uma escola de vida. Em segundo lugar, você pode estar sentado na frente de uma pessoa que tem uma empresa com 5.000 funcionários, médico, profissional liberal, que faz assim operações maravilhosas, e cada um deles tem uma experiência de vida diferente, e você tem uma ampla liberdade de tratá-los como companheiros. Chamamos de “você” desde o primeiro contato que é feito, o “senhor” não existe. Só existe “você”. ”<sup>78</sup>*

Integrar este clube, portanto, permite àqueles que não se originam de “linhagens” tradicionais também serem reconhecidos como protagonistas em determinadas esferas sociais, já que individualmente não poderiam competir com o volume de capital material que os mais ricos põem à disposição dos mais carentes. Assim, a prática filantrópica dos “pequenos” arregimenta-se segundo as estratégias de “sobrevivência” de importantes pessoas jurídicas, como é o caso de empresas que alardeiam em anúncios publicitários os

<sup>76</sup> Ibidem, p. 239.

<sup>77</sup> SETTON, Maria da Graça Jacintho. *Rotary Club: habitus, estilos de vida e sociabilidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

<sup>78</sup> Idem, p. 149.

programas sociais aos quais seus nomes se relacionam. “Para uma empresa de 30 anos, o sucesso empresarial é ótimo, mas não basta”<sup>79</sup>, diz a propaganda da Coelho da Fonseca – Private Brokers, imobiliária que realiza corretagem de imóveis de luxo em São Paulo e que empresta seu nome para a revista de divulgação da também luxuosa loja Daslu, ao anunciar em 2005 o recebimento do prêmio Top Social ADVB<sup>80</sup> daquele ano pelo trabalho de “apoio social” à “1.200 crianças, adolescentes, jovens e famílias em risco social, ajudando a transformar suas vidas com dignidade.”<sup>81</sup>

Em todos esses casos, a impressão de não desejar ser retribuído também parece ser o mote que subjaz as práticas, independentemente de tais empresas, clubes ou “socialites”, por meio das PPP's – Parceria Público Privado ou das OSCIP's – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, responderem por programas oficiais de governo diretamente focados em problemas sociais como o da criança e jovem pobres, ou por iniciativas isoladas, cuja finalidade, ao invés de ser a proposição estrutural de respostas, reduz-se à manutenção de certos *clientes*. O uso desse termo confirma a reprodução dos estigmas e eufemismos impingidos ao público infanto-juvenil em benefício da promoção social dos que a eles assistem, sejam os de origem privada ou governamental, uma vez que a concorrência entre estes dois segmentos da sociedade pelo monopólio do atendimento assistencial não altera necessariamente as condições através das quais se estrutura as posições dos agentes no interior do “campo da assistência social” em função do interesse inerente a cada posição.

---

<sup>79</sup> JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 06/07/2005.

<sup>80</sup> No site da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil a justificativa para a existência desse prêmio – que para a linha argumentativa deste trabalho funciona como um selo de qualidade legitimador dos lucros da Coelho da Fonseca em consonância com a reprodução da exclusão social e concentração de renda – apresenta-se da seguinte maneira: “Diante da falência do Estado, o setor privado brasileiro passou a investir nas questões sociais através do chamado Terceiro Setor, fortalecendo a cidadania e os direitos coletivos. Preocupada em ressaltar o mérito dessas empresas, a ADVB criou o Instituto ADVB de Responsabilidade Social (IRES) e instituiu, em 1999, o Top Social, premiação que visa reconhecer organizações que tenham demonstrado visão quanto à importância do desenvolvimento social como fator fundamental de crescimento, de uma sociedade que deixa de buscar somente o lucro e também desempenha o papel de agente social. O Prêmio Top Social reconhece publicamente programas e ações que incorporem o conceito de Responsabilidade Social.” Disponível em [www.advbfm.org.br](http://www.advbfm.org.br).

<sup>81</sup> JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 06/07/2005.

#### 4.4 A dádiva como ato político

Ao analisar “Argonautas do Pacífico Ocidental”, de Bronislaw Malinowski, cujo interesse antropológico concentrou-se no *kula* (todo o sistema de comércio intertribal e intratribal dos habitantes das ilhas Trobriand), Marcel Mauss chega à conclusão de que aquilo que sintetizava o objeto do estudioso polonês na Melanésia aproximava-se muito das obrigações recíprocas a partir das quais os americanos de Vancouver e Alaska mantinham suas sociabilidades. “O *kula* é uma espécie de grande *potlatch*.”<sup>82</sup> É o ápice das trocas comerciais sem estar, ao mesmo tempo, atrelado ao comércio generalizado dos habitantes destas ilhas. O diferencial relevante entre a simples troca e a “troca mágica”, está na pessoa que a realiza: o *kula*, que Mauss traduziu livremente como círculo, só é feito pelos chefes, pela nobreza da tribo, por uma elite, que para permanecer nessa condição, trocam continuamente presentes em nome da “Concorrência, rivalidade, ostentação, busca de grandeza e interesse, tais são os motivos diversos que subjazem a todos esses atos.”<sup>83</sup>

Mas, por mais que Mauss acentue a irredutibilidade dessas trocas em relação aos aspectos econômicos das sociedades que estuda, como distinguir “fatos sociais totais” como o *potlatch* e o *kula*, da existência de transações meramente mercadológicas comum a qualquer grupo social? Sem dúvida, sua intenção reside na tentativa de descrever variações contratuais e de direito que não estão necessariamente a reboque da lei da oferta e da procura, mas sim imbricadas com todas as instâncias da existência humana, sejam elas jurídicas, econômicas, artísticas ou religiosas, expondo a troca como um genuíno ato político. Assim, uma leitura economicista destas prestações, como acentua Claude Lefort, poderia levar ao esquecimento a idéia de que “Todo intercâmbio tem uma pluralidade de significações”<sup>84</sup> e, refutando o evolucionismo presente na “teoria da troca primitiva” de Marx, esclarece que “É porque na sociedade capitalista moderna discernimos uma ordem econômica que funda os outros fenômenos sociais que imaginamos serem na realidade as trocas humanas primeiramente econômicas.”<sup>85</sup>

Ao fugir, entretanto, de um apriorismo material em benefício da diversidade integrante da vida social humana, Mauss acaba pondo em risco, segundo Lefort, uma

<sup>82</sup> Ibidem, p. 214.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 225.

<sup>84</sup> LEFORT, Claude. “A troca e a luta dos homens”. In: *As formas da história*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.25.

<sup>85</sup> Idem.

realidade científica por uma crença melanésia (Maori) de teor transcendente relacionada à espiritualidade da coisa trocada. Para Mauss, “[...] é nítido que, em direito maori, o vínculo de direito, vínculo pelas coisas, é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem uma alma [*hau*], é alma. Donde resulta que apresentar alguma coisa a alguém é apresentar algo de si.”<sup>86</sup> E um informante maori teme os malefícios terríveis que poderá lhe ocorrer, caso fique em seu poder, sem que haja retribuição, algo cujo *hau* (espírito) é de outrem, pois, “No fundo, é o *hau* que quer voltar ao lugar de seu nascimento, ao santuário da floresta e do clã de seu proprietário.”<sup>87</sup> É, portanto, a transversalidade social do homem maori, catalisada pelo *hau* do doador, o resultado dessa “mistura íntima de direitos e deveres simétricos” contidos na dádiva. O que, entretanto, não esclarece, para Lefort, o sentido da obrigação de dar:

*“Subsiste, porém, o fato de que uma mistura não é uma troca. Dizer, para fundar a troca, que ‘tudo se liga e tudo se confunde’ é, precisamente, torná-la ininteligível. Ao contrário, seria necessário dizer que o intercâmbio supõe seres separados: se dou a outro é porque ‘ponho’ o outro como outro e esta coisa como minha para o outro. [...] Por que a coisa uma vez recebida é ainda apreendida como coisa de outrem e porque assume ao mesmo tempo um valor ameaçador?”<sup>88</sup>*

O esclarecimento, que complementa de maneira surpreendente a teoria da dádiva, é construído a partir de um raciocínio filosófico crítico à explicação estruturalista de Lévi-Strauss, que para restituir ao observador a imparcialidade supostamente perdida por Mauss em meio aos temores dos maoris, refere-se ao fenômeno como “[...] um conjunto de relações constantes entre fatos, uma lei de tipo mecânico de onde derivam séries de ciclos de reciprocidade.”<sup>89</sup> A resolução do problema – proposta por Lévi-Strauss através de um racionalismo cujos limites aqueceram os debates nas ciências sociais por muito tempo (os que sugerem a ausência de escolha por parte dos indivíduos, reduzidos à executores contingenciais) – manifesta-se em Lefort segundo uma proposição alternativa da dádiva como fenômeno não apenas condicionado à obrigação de dar como virtude nobre, mas reveladora da subjetividade do homem a partir dos laços estabelecidos com o outro e seu confronto com a natureza, ou seja, ao negar o que é e o que possui quando dá ou destrói suas posses. “O laço com outrem e a ruptura com a natureza testemunham um cogito coletivo. É o que permite

<sup>86</sup> MAUSS, Op. Cit., p. 200.

<sup>87</sup> Idem, p. 199.

<sup>88</sup> LEFORT, Op. Cit., p. 26.

<sup>89</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Apud. Idem, p. 27.

compreender o caráter sagrado do dom sem precisar fazer apelo a uma interpretação mística.”<sup>90</sup> Essa interpretação da dádiva próxima de um Marx crítico a teorias que tratariam a sociedade como uma abstração, também sinaliza em favor de sua universalidade, além de dar margem para que se distingua o homem da natureza, ou, de forma mais clássica, a cultura da natureza, pois a doação e a retribuição reduzidas à ação imanentemente exercida entre os homens é capaz de definir tanto o doador quanto o receptor como indivíduos munidos de humanidade e, conseqüentemente, autônomos. Isto porque, ainda conforme Lefort, “Conservar uma coisa do outro sem devolver seria, pois, conservar o outro em si mesmo”<sup>91</sup> e, por isso, amputá-lo de uma liberdade que apesar de aparente, deve, no intercâmbio, ser respeitada.

Portanto, se é correta a afirmação de Mauss, segunda a qual “[...] o mercado é um fenômeno humano [...] que não é alheio a nenhuma sociedade conhecida [...]”<sup>92</sup>, e que esse “mercado”, para Pierre Bourdieu, se institui tanto pela troca de bens materiais quanto pela troca de bens simbólicos, então, ao priorizar doações, defender o voluntariado, potencializar políticas assistencialistas e transferir renda aos mais carentes sem que haja contrapartida à altura por parte dos beneficiados, poder-se-ia pensar que as lideranças políticas (desde presidentes de bairros a ocupantes de cargos nas esferas governamentais) responsáveis pela continuidade desses “costumes”, estariam experimentando um tipo de investimento falsamente interpretado pelo senso comum “comercial” como investimento a fundo perdido, ou como preferem os mais “engajados”, um “resgate da cidadania”<sup>93</sup>. Ao contrário, por cindirem a dádiva ao meio, já que dão, mas não oportunizam o movimento complementar, que é a retribuição, as quase “bancadas assistencialistas” promovem um modelo de troca em que o assistido não pode pagar o que recebeu, ficando assim perpetuamente devedor daqueles que simulam um desinteresse, embora suas intenções sejam eminentemente interessadas. Além disso, em que pese as proposições de Lefort (“Não se dá para receber; dá-se para que o outro dê”), o público alvo, seja dos projetos de governo, de

---

<sup>90</sup> LEFORT, op. cit., p. 34.

<sup>91</sup> Idem, p. 26.

<sup>92</sup> MAUSS, op. cit., p. 188.

<sup>93</sup> Para que o sentido do conceito não se dissolva em reclames acalorados que generalizam o ideal de cidadania muito mais do que sua ampla definição exige, vale lembrar a divisão que T. A. Marshall faz do que é ser um cidadão moderno em direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Na leitura que José Murilo de Carvalho faz sobre o autor inglês, direitos civis aparecem como “(...) os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei.” Os direitos políticos [...] se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado à parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado.” Enquanto que os direitos sociais “[...] garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria.” CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004,

ONG's ou de casas lar de origem religiosa, estariam submetidos a uma condição não humana, pois não poderiam se distinguir – como fazem seus tutores – das “coisas” que ganham, confundindo-se com os “presentes” recebidos. Estes, imanescentes à natureza.

## 5 O CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 5.1 Projeto Casa Abrigo

No Brasil, a partir de 1990, crianças e adolescentes eufemisticamente classificadas em “situação de risco” ou “vulnerabilidade social”, passaram a contar com um dispositivo previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente que serviu precisamente para naturalizar e encrudelecer essas prestações desiguais acentuadas anteriormente. Os abrigos governamentais e não-governamentais, de caráter provisório e ou permanente, implantados em todo o território nacional, tornaram-se um dos principais referenciais em política pública nos setores da assistência social.

Sob o ponto de vista desta pesquisa considera-se a assistência social e especificamente o Projeto Casa Abrigo um aparato facilitador das relações mercadológicas entre o público que é por ele atendido (crianças e adolescentes carentes e ou infratores) e o corpo técnico político-burocrático executor e gerenciador das políticas sociais no interior das quais as Casas funcionam. O abrigo, a alimentação e a assistência médica que, por exemplo, as crianças recebem quando se “hospedam” nas unidades do projeto, não são genuinamente gratuitas. Essas prestações são simbolicamente pagas com a própria condição social e biológica dos jovens, situação que limita a ruptura da dádiva aos aspectos materiais.

Originalmente, seus gestores e funcionários deveriam ser responsáveis por criar, devolver ou estimular sociabilidade inclusiva, mesmo que limitada, para que esses jovens pudessem participar de maneira integrada da vida comunitária por meio da utilização de serviços como, por exemplo, os de saúde, educação e lazer, além da preparação para o mercado de trabalho, sem que houvesse a necessidade de permanecerem nas ruas expostos à criminalidade, ao uso de drogas, à mendicância, à violência e também aos estigmas e preconceitos da sociedade. A lei passou a existir; os agentes – assistentes sociais – diretamente envolvidos na operação dessas políticas muniram-se de conhecimento sobre essa realidade, tendo em vista a progressiva transformação, no último século, da filantropia ou do assistencialismo como ações residuais e paliativas para uma situação de legitimidade enquanto política de seguridade social inscrita na Carta Magna; a descentralização gestora e o reordenamento fiscal – este ainda que sem definição de alíquotas – passaram a vigorar em todo Brasil desde 1996, mas o que se viu – e se vê – foram baixíssimos índices de

reintegração social desses meninos e meninas, quando, no pior dos casos – e não pouco comum – a impotência dessas políticas diante do aumento de mortes de crianças consideradas *clientes* destas instituições.

Em Londrina – PR, como já foi dito, a iniciativa em regulamentar os dispositivos de proteção a esse público foi tomada a partir de 1993, com o início da gestão petista de Luiz Eduardo Cheida, quando a atual Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Helena Carvalho Lopes, assumiu a pasta da então recém criada Secretaria Municipal de Ação Social, desvinculando-a, enquanto Departamento de Serviço Social, da Secretaria da Saúde e Proteção Social, e dando autonomia decisória à implementação de variados programas/projetos responsáveis por marcar a administração local. Márcia Lopes é enfática ao mencionar sua gestão como “[...] referência no Paraná e em muitos estados e municípios em relação ao orçamento participativo, ao programa médico família, à formação dos conselhos, à política da mulher, do idoso, da habitação, dos segmentos com necessidades especiais, [e] da população de rua [...]”<sup>94</sup> De fato, se se comparar o ritmo das implantações dessas políticas no município em questão, com a média do restante do país, admitir-se-á, sem exageros, um certo ineditismo no que diz respeito ao caráter descentralizador das responsabilidades promotoras e gestoras de políticas públicas de assistência social, pois mesmo um ano depois do fim dessa gestão, que coordenou a municipalização das principais frentes de trabalho do setor na cidade, o índice de adesão dos demais governos municipais brasileiros ao programa de descentralização ainda não ultrapassava 33%.<sup>95</sup>

O Projeto Casa Abrigo, que nesta pesquisa foi escolhido como a referência para a avaliação dos resultados dessa descentralização, atualmente comporta duas casas em Londrina, uma no bairro Santiago, para meninos de treze a dezessete anos, e a outra no Jardim Bandeirantes (antiga Casa do Bom Samaritano), para meninos de sete a doze anos e meninas de nove a dezessete. Ambas se localizam em bairros populares e fora do perímetro urbano central. Cada casa funciona, regularmente, com uma média de oito a doze crianças, assistidas por educadores que trabalham em plantões de duplas e com carga horária de 12/36h. Os educadores orientam e convivem com as crianças no tocante a tudo o que se passa no dia-a-dia do abrigo. Além disso, cada educador se responsabiliza – conforme suas aptidões e

<sup>94</sup> LOPES, Márcia Helena Carvalho. *A construção da política de assistência social pública: uma gestão democrática em Londrina-PR*. PUC – São Paulo, 1999. (Dissertação de mestrado), p. 167.

<sup>95</sup> ARRETCHE, Marta T. S. “Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo”. *Rev. bras. Cie. Soc.* [on-line]. Jun. 1999, vol.14, no. 40 [citado 26 Maio 2005], p.116. Disponível na World Wide Web: <<http://www.scielo.br>>

conhecimentos – por um aspecto ou conteúdo que estruturam as rotinas do espaço, como saúde, escola, alimentação, higiene, etc. A Secretaria de Assistência Social compõe um corpo técnico constituído por uma assistente social e uma psicóloga (geralmente uma ou outra acumula também a função de coordenadora). As Casas deveriam se inserir e criar vínculos com os mais variados serviços públicos da cidade, a partir de uma perspectiva que visaria, em última instância, descentralizar o atendimento, composto pela parceria de instituições públicas, setores privados e entidades sem fins lucrativos.

Os meios pelos quais as crianças são encaminhadas para o abrigo são através do Sinal Verde, unidades móveis compostas por educadores e que percorrem a cidade a procura não apenas de crianças e adolescentes, mas de toda pessoa carente que esteja na rua, “à margem”; pelo Conselho Tutelar, acionado por denúncias que mostrem a obstrução do exercício dos direitos da criança e do adolescente; ou ainda por determinações da Vara da Infância e da Juventude. A criança pode permanecer no abrigo por dias ou até durante anos, dependendo das possibilidades de retorno para a casa dos pais, de ingresso em família substituta e/ou de inserção no mercado de trabalho. As evasões para a rua são freqüentes. Já que o abrigo não tem caráter de instituição fechada, ou total, como diria Goffman, a criança precisa querer ficar no espaço para que a sociabilidade possa ser forjada.

Essa constante transitoriedade modulada por um número extremamente grande de crianças e adolescentes que passam uma única vez pelo projeto, e também pelas que compõem o famigerado grupo da *clientela*, ou seja, as que entram na ciranda de incontáveis recepções e evasões expressam canhestras ritualizações dos momentos vividos no e pelo abrigo. Apresentando-se como um arcabouço de convivências, o abrigo acaba sendo um lugar onde as astúcias dos agentes que o integram se distribuem segundo as estratégias e as táticas<sup>96</sup> das crianças, dos educadores, conselheiros, técnicos, coordenadores, juiz, pais e responsáveis que, na própria materialidade de suas ações ou práticas discursivas, acionam mecanismos de poder que podem ser captados

*“[...] em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; [...] nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras do direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento”.*<sup>97</sup>

<sup>96</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 99-100.

<sup>97</sup> FOUCAULT, Michel. “Soberania e disciplina”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 182.

Mais do que outras instituições que naturalizam os princípios relacionais desiguais e estruturantes da vida em sociedade, a provisoriedade da Casa enquanto habitação de crianças e adolescentes e, porque não dizer, também de educadores, acaba sendo o termômetro que mede a dinâmica das relações que se estabelecem entre os agentes envolvidos na manutenção do projeto, os que dele fazem usufruto e o restante da sociedade. Os modos em que as competências dos profissionais da área de assistência social são exercidas; as formas que o abrigo enquanto casa, moradia, interage com a comunidade; os aspectos qualitativos da desigualdade social local bem como a própria concepção de assistência social que é construída pelo poder público estão, direta ou indiretamente, visíveis em seu cotidiano. E esse dia-a-dia formador de procedimentos segundo os quais se estruturam as relações do espaço, condiciona-se prioritariamente ao modo de vida dos jovens que ali são acolhidos. Em uma palavra, a Casa, com sua política não behaviorista, adapta-se à dinâmica de *viração* dos jovens, conceito cunhado por Maria Filomena Gregório

*“[...] empregado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. [...] referido às atividades informais de trabalhar, dar um jeito, driblar o desemprego etc. Os meninos de rua se viram. O que significa, em muitos casos, se tornarem pedintes, ou ladrões, ou prostitutas, ou “biscateiros” ou, ainda, se comportarem como menores carentes nos escritórios de assistência social. Para eles, a viração contém em si algo mais do que a mera sobrevivência, embora seja seu instrumento. Há uma tentativa de manipular instrumentos simbólicos e “identificatórios” para dialogar, comunicar e se posicionar, o que implica a adoção de várias posições de forma não excludente: comportar-se como “trombadinha”, como “avião” (passador de drogas), como “menor carente”, como “sobrevivente”, como adulto e como criança.”<sup>98</sup>*

No contexto da assistência social, a *viração* praticada por esses jovens afina-se com o sentido expresso no conceito de *habitus*, resgatado do pensamento escolástico por Bourdieu. O *habitus* de determinado indivíduo ou grupo social refere-se a um sistema de disposições duráveis, historicamente adquiridos, capazes de se estruturarem em forma de propensões para a tomada de decisões dependendo da situação em que tais agentes se vejam envolvidos. São esquemas gerativos que ao longo do tempo foram se incutindo em “corações e mentes” daqueles que se mantiveram expostos continuamente a algumas regularidades sociais inerentes aos espaços constituintes de suas vidas em sociedade ou, como prefere Bourdieu, em determinado “campo”.

---

<sup>98</sup> GREGORI, Op. Cit., p. 31.

A noção de *habitus* parece mesmo estar entre os princípios da antropologia e da sociologia, em analogia à própria trajetória intelectual de Bourdieu, que a partir da realização de trabalhos etnográficos durante os anos 60 sobre o grupo étnico kabyle<sup>99</sup>, na Argélia, e sobre a sociedade rural francesa na região do Béarn, procurou superar a oposição entre indivíduo e sociedade através de um projeto teórico cuja eficácia dependeria, a exemplo do que também buscavam outros estudantes de sua geração, de um “[...] sentido prático à filosofia, que a tornasse instrumento apto para pensar o contexto político imediato, retirando-a dos discursos abstratos sobre os grandes problemas.”<sup>100</sup>

Esses dois estudos, principalmente as análises sobre os arranjos sociais em que se davam os casamentos entre os camponeses béarnais<sup>101</sup>, por considerarem as estruturas de parentesco o corte privilegiado para a compreensão da vida política daqueles grupos, acabaram contribuindo para que Bourdieu fosse de encontro à obra de Lévi-Strauss, pois, ao contrário deste autor, mostrava que embora o conhecimento às regras quanto ao caráter anômico do celibatário ou o casamento com a prima paralela patrilinear – a filha do filho do irmão do pai – fosse respeitado em um plano ideal, na prática as famílias buscavam arranjos matrimoniais nos quais tanto o posicionamento e a ação do celibatário durante as negociações, quanto os relativos critérios para a escolha da noiva em função de sua linhagem, impunham-se como fundamentais no cálculo que faziam os chefes (*maîtres*) em defesa do prestígio e dos interesses de suas famílias, suas terras, ou, de maneira mais geral, sua “casa”<sup>102</sup> (*maison*).

Munidos de um *habitus* adquirido pela experiência na arte de calcular a construção de alianças que melhor representassem a honra ou a sobrevivência econômica de suas *maisons*, os agentes sociais protagonistas desses “acertos” só eram capazes de se lançar a tais “negócios” porque tinham historicamente interiorizado uma série de valores e procedimentos que lhes davam um sentido prático sobre o que idealmente a regra definia. Como um jogo de cartas em que se aposta com o que se tem e também com o que não se tem (no caso do blefe) em mãos, a habilidade do “jogador” em que se travestia o *maître de maison* residia na capacidade em promover, mediante um complexo e variado leque de alternativas,

<sup>99</sup> O ensaio “A casa Kabyle ou o mundo às avessas” foi publicado pela primeira vez em 1969, curiosamente em comemoração ao 60º aniversário de Claude Lévi-Strauss. Provavelmente o mais estruturalista dos trabalhos de Bourdieu, e que por isso pode ter lhe indicado os limites científicos da mais importante escola francesa de ciências sociais do século XX, em oposição ao existencialismo.

<sup>100</sup> MONTEIRO, Paula. “A casa Kabyle na perspectiva estruturalista de Pierre Bourdieu”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n.º. 8, 1999, p. 141.

<sup>101</sup> WOORTMANN, Klaas. “A etnologia (quase) esquecida de Bourdieu, ou o que fazer com heresias”. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 19, n. 56, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>

<sup>102</sup> “Trata-se de uma unidade de parentesco, uma *lignée*, mais do que uma família ou grupo doméstico, embora corresponda em cada geração a uma família.” Idem, p. 130.

casamentos que envolviam necessariamente uma sensível avaliação sobre as chances de lucro material ou simbólico que se obtinha com os dotes que a cada geração se doava. São “[...] estratégias de jogo duplo que consistem em ‘legalizar a situação’, em colocar-se ao lado do direito, em agir de acordo com interesses, mas mantendo as aparências de obediência às regras.”<sup>103</sup> Essa ponderação traduzia-se no cuidado em não comprometer o patrimônio com casamentos que o uniria a “casas” muito “acima” da sua, o que lhe obrigaria a um dote desproporcional a suas posses, tampouco em ver o excessivo zelo econômico macular sua honra com matrimônios que não ambicionasse certa expansão e articulação social.

*“O habitus como sentido do jogo é jogo social incorporado, transformado em natureza. Nada é simultaneamente mais livre e mais coagido do que a ação do bom jogador. Ele fica naturalmente no lugar em que a bola vai cair, como se a bola o comandasse, mas, desse modo, ele comanda a bola. O habitus como social inscrito no corpo, no indivíduo biológico, permite produzir a infinidade de atos de jogo que estão inscritos no jogo em estado de possibilidades e de exigências objetivas; as coações e as exigências do jogo, ainda que não estejam reunidas num código de regras, impõem-se àqueles e somente àqueles que, por terem o sentido do jogo, isto é, o senso da necessidade imanente do jogo, estão preparados para percebê-las e realizá-las.”<sup>104</sup>*

Onde os estruturalistas viam regras, Bourdieu apresentou estratégias, uma vez que buscava desanuviar o conceito de “regra” distinguindo-o e preterindo-o pela noção de “regularidade”, muito mais próxima das práticas que os agentes mediavam entre as disposições do *habitus* incorporado e as estruturas objetivas do “campo” ao qual se identificavam. Esse “campo”<sup>105</sup> definiu-se pelo espaço/tempo no qual agentes e instituições concorrem pelos bens que aí são produzidos, sejam eles materiais (dote) ou simbólicos (honra). No interior das porosas fronteiras do “campo”, parece se estabelecer uma intermediária confluência entre as instâncias macro e a microscópica rotina do cotidiano, sem que com isso se perca o sentido ou a identidade definidora dos grupos que desigualmente instrumentalizam e lutam pelo “capital político” que em tal “campo” é gerado.

As pessoas, portanto, avaliam e calculam suas ações e seus trajetos biográficos em função de suas posições sociais específicas e momentâneas, sem com isso

<sup>103</sup> BOURDIEU, Pierre. “Da regra às estratégias” In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 81.

<sup>104</sup> Idem, p.82.

<sup>105</sup> “[...] a primeira elaboração rigorosa da noção saiu da leitura do capítulo de *Wirtschaft und Gesellschaft* consagrado à sociologia religiosa [...]”. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 66.

confabularem racionalmente um plano perfeito sobre o devenir de suas vidas. As circunstâncias sob as quais os agentes criam relações resultam de padrões determinados de existência, que são interiorizados e compreendidos por cada um segundo o grau de familiaridade que se tem com os “campos” no interior dos quais os signos em questão foram construídos e manipulados. Tais “campos” podem ser representados pelos mais variados contextos, seja pelo setor econômico, pela vida religiosa, pela intimidade familiar ou pela sexualidade. O conjunto de “campos” constitui, portanto, o “espaço social” aglutinador da sociedade em geral, sendo que em cada um deles estão contidos os dispositivos geradores dos *habitus* dos indivíduos a eles pertencentes. A extrapolação de um *habitus* para outros “campos” do espaço social, às vezes, indica a supremacia de determinados setores culturais sobre outros que, sem perderem seu próprio sentido ou função, deixam-se envolver pelos princípios do “campo” oligopólio. Nas sociedades ocidentais isso acontece com o “campo econômico”.

Mas não se trata de atribuir indistintamente o rótulo de “campo” a qualquer conjunto de indivíduos. Antes de apresentá-lo como uma categoria “teórica”, o conceito deve ser trabalhado em prol dos procedimentos empíricos da pesquisa, pois irá funcionar “[...] como um sinal que lembra o que há que se fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades.”<sup>106</sup> A preferência pelo “agente”, a despeito de toda a filosofia do “sujeito”, desde Descartes, é parte importante da proposta, pois tem o objetivo de demarcar a capacidade relacional dos grupos que se opõem em cada “campo” sem retirar, ao mesmo tempo, o caráter operacional e inventivo desses indivíduos.

Para Michel de Certeau, o corpo teórico-propositivo de Bourdieu qualifica-se como “Manobra delicada, que consiste em encaixar a ‘exceção’ etnológica num vácuo do sistema sociológico.”<sup>107</sup> Essa manobra, uma vez definido o *habitus* como “[...] sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação [...]”<sup>108</sup>, passa pela reivindicação da justa presença do político em espaços onde o estruturalismo só concebe a norma, sem forçar a mão ao ponto de cair em um individualismo metodológico alheio às pressões sociais. Em um “campo” como o da assistência social, existem disputas diferentes, pois no “mercado” que a ele corresponde, os

---

<sup>106</sup> Idem, p. 27.

<sup>107</sup> CERTEAU, Op. Cit., p. 120.

<sup>108</sup> BOURDIEU, Op. Cit., p. 26.

“negócios” que os agentes realizam visam “lucros” a partir da lei da oferta e da procura de “bens” igualmente diferentes, como quando se é um eminente filantropo ou um político autor ou defensor de políticas sociais a procura de prestígio (que se troca por abrigo); ou quando se é uma criança ou jovem carente a procura de abrigo (que se troca por pobreza – em forma de *viração*, ou *habitus*).

Evidentemente que a essas relações condicionam-se outros fatores irreduzíveis a essa espécie de economia política de teor funcionalista da trama assistencial, como o ideal humanista, os princípios cristãos, a eficiência – não alcançada – dos governos e a própria delinqüência juvenil e a marginalidade como fins em si mesmos. Entretanto, quando vistos pela ótica da dádiva, e mais precisamente sob a ótica de uma “dádiva cindida”, cujo estatuto implícito é dar sem que o recebedor tenha a chance de retribuir, esses demais fatores que margeiam o “campo da assistência social” acabam convergindo para a produção de *habitus* não apenas correspondentes à *viração* das crianças, mas também aos que se referem às estratégias dos gestores e profissionais assistenciais quando preocupados com seus cargos, seus salários, seus reconhecimentos públicos e por extensão suas trajetórias pessoais.

Quanto às posições que cada agente ocupa no “campo”, em função de suas práticas e de suas condições materiais de existência, Certeau prefere representá-las segmentando-as em estratégias e táticas, o que permite atribuir às primeiras a ação dos responsáveis pelas políticas sociais ou pelos administradores das unidades de atendimento, que estariam na vantagem de prever suas ações pelo cálculo antecipado dos lances de um jogo em que se configura os limites da assistência social, ainda que pautados pelos procedimentos de sua *clientela*. “[...] A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças [...]”<sup>109</sup> As táticas, por sua vez, representam a *viração*, as práticas infanto-juvenis acantonadas pelas circunstâncias desfavoráveis da vida, pela desigualdade social que obriga seus títeres a lançar mão de recursos paliativos, inconsistentes, mas que poderão lhe proporcionar sobrevivência enquanto as lutas do “campo” alimentarem as estruturas nas quais baseiam-se os *habitus* dos demais concorrentes. “A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria.”<sup>110</sup>

<sup>109</sup> CERTEAU, Op. Cit., p. 99.

<sup>110</sup> Idem, p. 100.

Ditado, portanto, pela *viração* de seus *clientes*, o ambiente ou a atmosfera assistencial que permeia as unidades de atendimento do Projeto Casa Abrigo torna-se ao mesmo tempo resultado e condição da distribuição desigual do poder político exercido por todos que compartilham os objetivos do projeto. Assim, não se pensa o poder que lá flui apenas como algo que coíbe, reprime ou censura, mas como dispositivo, segundo Foucault, que se exerce “[...] ao nível dos aparelhos que produzem saber e conhecimento”<sup>111</sup>. Por isso a dificuldade para compreender a morfologia dessas casas no interior apenas dos limites de seus muros, pois, por mais que se diga o contrário, a capacidade dessas unidades de atendimento em cumprir o papel para elas idealizado quase sempre é preterida em função dos dividendos políticos que se conquistam por quem as gere. E o conhecimento que aí se produz não será necessariamente aquele que contribui para a erradicação das condições degradantes de vida às quais está submetido seu público alvo, mas sim um conhecimento sobre como é possível, a partir de uma transição estendida entre a marginalidade e a cidadania infante-juvenil, construir uma imagem de competência administrativa sustentada pela simples existência dos projetos, independentemente de seus resultados.<sup>112</sup>

O reflexo desses interesses aparece no abrigo travestido pela conduta e opinião de alguns educadores, como é o caso de um representante local do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua que trabalhou no Abrigo Bandeirantes durante parte dos anos noventa, ao afirmar que “o abrigo é assim mesmo, não podemos culpar as pessoas. Se conseguirmos tirar um menino ao menos da rua, já teremos cumprido nossa missão”<sup>113</sup>. Ao se pensar a fatia orçamentária municipal e estadual reservada às políticas públicas dessa natureza, torna-se preocupante constatar que o abrigo não “recupera”, não incorpora, mas relaciona-se organicamente com um sistema permanente de exclusão. Sua existência não se justificaria caso fosse contabilizado o número de crianças praticantes da *viração* que voltaram em definitivo para a escola, retornaram para casa ou ingressaram no mercado de trabalho. Em conversas informais, outros educadores consideraram a Casa um “depósito de lixo”, alguns negaram acreditar no próprio trabalho, admitindo a completa horizontalização das relações a despeito das regras internas do projeto, ao utilizar a violência, cigarros, tarefas domésticas,

<sup>111</sup> FOUCAULT, Op. Cit. p. 189.

<sup>112</sup> O Projeto Casa Abrigo, mais recentemente, esteve relacionado entre as iniciativas da administração local que rendeu ao governo municipal e a outros 125 da federação o Prêmio Prefeito Amigo da Criança para a gestão 2001-2004, cedido pela Fundação Abrinq em parceria com a Fundação Ford “[...] pelo conjunto de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida e à consolidação da doutrina de proteção integral à infância e à adolescência [...]”, segundo o presidente da Abrinq, Rubens Naves.

<sup>113</sup> Entrevista concedida em 10/08/2005.

passeios ou faltas escolares como tradicionais moedas de troca que comprariam um mínimo de convivência na Casa.

Como ingrediente complicador do funcionamento do abrigo, aparece a desqualificação profissional desses trabalhadores, que por terem seus plantões completamente preenchidos por tarefas domésticas comuns à vida diária de uma “residência” habitada por várias crianças, mesmo se estivessem qualificados para se relacionar pedagogicamente com elas não teriam tempo hábil para tanto. O trabalho de educador, exceto nos poucos casos de uma velha guarda de “voluntários remunerados” possuidores de prestígio e respeito nos círculos sociais freqüentados pela *clientela* abrigada, é visto por quem o exerce como “um bico”, uma atividade transitória, uma não profissão cuja prática efetiva o assistente social se distancia na medida em que as posições por ele conquistadas no interior do “campo assistencial” coincidam e concordem com as diretrizes políticas e jurídicas mantenedoras do monopólio sobre o controle das políticas sociais reprodutoras da *viração*.

## 5.2 A força burocrática

São em espaços institucionais com esse grau de intencionalidade que podem ser visualizados, para Bourdieu, verdadeiros “campos políticos”: “[...] lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher [...]”<sup>114</sup>. No caso específico das Casas Abrigo, estas se transformam em modelos dicotômicos às “instituições totais” vigentes até então, embora sua saúde financeira permanecesse a reboque dos parques e intermitentes repasses fiscais barganhados no espaço de luta pela legitimidade do poder político entre os três níveis federativos. Com poucos recursos e com tantas responsabilidades, os agentes diretamente envolvidos na aplicabilidade desses projetos passam a negociar bens de capital material e simbólico com as instâncias com as quais se relacionam: o executivo estadual ou federal, que detém os bens materiais; e sua *clientela*, como os próprios assistentes sociais denominam as crianças e os adolescentes que freqüentam os abrigos, detentores dos bens simbólicos, ou seja, as suas condições de “excluídos”.

---

<sup>114</sup> BOURDIEU, Op. Cit., p. 164.

A negociação se dá pela justificativa, feita pelos agentes executores das políticas, do repasse fiscal federal – que em 2004 não cobria 10% das despesas dos abrigos – através da confirmação de um número mínimo de *clientes* componentes das demandas sociais. Não há, em resumo, compatibilidade entre o volume e regularidade dos financiamentos e as propostas e objetivos dessas unidades de atendimento. Além disso, o pacto federativo aprovado pela Constituição de 1988, dando autonomia a estados e municípios, revelou diferentes estratégias que o primeiro escalão dessas esferas governamentais passou a adotar.

A partir da construção de um pensamento crítico sobre a política social para a juventude converge-se sobremaneira para o Estado um olhar e um sentido que os agentes componentes dessas políticas dão às suas práticas assistenciais. Por serem majoritariamente subvencionadas pelo Estado; fiscalizadas por conselhos paritários formados por representantes da sociedade civil e do setor governamental; além de administradas segundo regulamentações previstas em leis específicas para a infância e juventude relacionadas com as de assistência social, as entidades responsáveis pelo atendimento às crianças e jovens carentes não escapam de um consenso burocrático estatal capaz de penetrar e se confundir profundamente com a cultura política norteadora dos ideais de cidadania formulados por seus funcionários e dirigentes. Parte da dificuldade desses atores prestadores de serviços e detentores de poder em observar as relações sociais construídas no interior da institucionalidade estatal decorre do fato de acreditarem fazer ciência quando na verdade, segundo Bourdieu<sup>115</sup>, fazem moral.

Entre este conjunto de “profissionais do social”, a substituição do tratamento epistemológico pelo tratamento político de seus objetos de pesquisa é freqüente. Sobre isso, Bourdieu afirma que “Tentar pensar o Estado é expor-se a assumir um pensamento de Estado, a aplicar ao Estado categorias de pensamento produzidas e garantidas pelo Estado e, portanto, a não compreender a verdade mais fundamental do Estado.”<sup>116</sup> Esta denúncia contra o conformismo “lógico” estabelecido em estudos sobre o papel exercido pelos órgãos estatais – neste caso os de assistência social –, dirige-se mais especificamente a pesquisadores funcionários, munidos de instrumentos, linguagens, práticas e condutas governamentais adquiridos durante anos de cumplicidade com a máquina burocrática, no

---

<sup>115</sup> BOURDIEU, Op. Cit., p. 35.

<sup>116</sup> BOURDIEU, Pierre. “Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático”. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p. 91.

decorrer dos quais o servidor sujeito do conhecimento pôde, pouco a pouco, atrelar suas crenças pessoais à “[...] sedução exercida pelas representações do Estado [...].”<sup>117</sup>

### 5.3 Não se pode ignorar o adversário ou, como se opor à filantropia: o caso de São Paulo

Comparativamente, as transformações levadas a cabo em Londrina pela administração Cheida sistematizaram e *sacramentaram* uma proposta política para a assistência social – e especificamente para as crianças e adolescentes carentes – que, quando aplicada para o mesmo público no estado de São Paulo, durante o governo do peemedebista Orestes Quércia entre 1987 e 1991, redimensiona, nos interstícios burocráticos da Secretaria Estadual do Menor, algumas divergências de fundo entre as inovações coordenadas pela então secretária, a engenheira sanitária Alda Marco Antonio, e a atividade tradicional das entidades assistenciais que agiam sob o “guarda-chuva” ideológico da filantropia cristã, historicamente condescendente com o “pragmatismo” repressor em contextos onde a dádiva, mesmo que “cindida”, não poderia conter a violência e a criminalidade.

A exemplo do grupo de agentes pesquisados neste trabalho, Alda Marco Antonio também está munida de credenciais profissionais que se converteram em capital político. Sem nunca ter ocupado um cargo eletivo – candidatou-se a deputada federal em 1994, mas não foi eleita –, os 929.179 votos que obteve nas eleições de 2006 não a elegeram para o senado por São Paulo, mas o terceiro lugar que conquistou nesse pleito traduz o potencial que sua biografia possui: além de Secretária de Estado do governo de Orestes Quércia e parte do governo de Luiz Antônio Fleury Filho, também foi Assessora para Projetos Especiais no governo de César Maia à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro, presidente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência e representante do Brasil junto ao Instituto Interamericano da Criança, da Organização dos Estados Americanos – OEA durante o governo do presidente da República Itamar Franco (1992-1994) e Secretária Municipal de Assistência Social durante a gestão do prefeito Celso Pitta na cidade de São Paulo.

Conforme Maria Filomena Gregório, a precipitação do desmonte a partir de 1995 pelo governo peessedebista de Mário Covas de alguns programas que se tornaram

---

<sup>117</sup> Ibid, p. 95.

referência na secretaria de Alda, sendo inclusive premiados pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), mais do que evidenciar um dos pilares que sustentam o programa político tucano, que é a minimização do Estado, eximindo-o do maior número possível de serviços à população considerados onerosos, demonstra em uma de suas prováveis causas a incapacidade política de seus dirigentes em compreender a necessária anexação de práticas antigas (filantropia) ao novo modelo (assistência social) a partir do qual se pretendeu gerir os serviços de atendimento à *clientela*. Por estes dados é possível inferir que a transferência da sociedade civil para o Estado, do direito legítimo de “dar”, juntamente com todos os dividendos que a manutenção dessa postura poderia proporcionar, não surtiu, ao longo prazo, como em Londrina, os efeitos positivos que os detentores institucionais dessa condição almejavam, principalmente para o governador Orestes Quércia, enquadrado pelos seus adversários como oportunista e interessado, pois ao tentar transformar a Secretaria do Menor em vitrine de seu programa de governo, mesmo investindo recursos aprovados pelo orçamento de 1987, inadvertidamente se posicionou em um “campo” específico do espaço social sem levar em conta a estrutura das relações de força determinantes da estrutura do mercado simbólico através do qual se condicionam os interesses dos legítimos representantes do “campo”.

É evidente que a possibilidade de aproximação entre os agentes realizadores dos projetos e a realidade empobrecida de quem os usufrui torna-se maior em administrações municipais do que em estaduais. Entretanto, a aplicação gradativa, mas persistente de uma racionalidade que marcou o trabalho assistencial da prefeitura de Londrina aconteceu, ao que a história local do presente mostra, sempre com o cuidado em não subestimar a força política que detinham aqueles agentes marcados pelas imagens do “pioneirismo”, da “tradição”, do “desprendimento” e da “solidariedade”, agregando-os, ao invés de excluí-los abruptamente dos canais de negociação constituintes das várias instâncias das renovadas políticas sociais, como parece ter sido o caso do governo Quércia, cuja insensibilidade ou estilo administrativo demasiadamente impositivo de sua Secretaria do Menor, proporcionou uma abertura inesperada na arena de disputa política para signatários que divergiam dos caminhos “preventivos” escolhidos por Alda, culminando, depois da eleição do secretário de segurança pública Luiz Antônio Fleury Filho para o governo do estado – o que denotou o retorno à era repressiva –, com a rebelião dos adolescentes infratores da Febem no Tatuapé em outubro de 1992.

Este fato foi a gota d’água para que sob o clima do chamado “massacre do Carandiru”, quando, em 2 de outubro, a tropa de choque assassinou 111 presos da Casa de

Detenção, os funcionários de distintas hierarquias da Febem subordinados a Alda; alguns setores conservadores da sociedade civil; a polícia militar e o secretário de segurança pública Michel Temer, em uníssono passassem a atribuir a responsabilidade sobre o caos da unidade da Febem e demais dificuldades de execução da pasta, ao cumprimento do ECA pelo estado. “Isso que dá o Estatuto [...] Isso que dá o trabalho da Alda”<sup>118</sup>, afirmavam os vigilantes de plantão da Febem em meio à tensão de 23 de outubro.

*“A concentração dos programas de atendimento nas mãos do estado e a escassez de alternativas com um nível de cobertura razoável de iniciativa das organizações não governamentais limitaram a capacidade de interlocução e cooperação entre os atores institucionais, exacerbando, ao contrário, conflitos que tecem a trama institucional da infância.”<sup>119</sup>*

Apesar de Luiz Eduardo Cheida não ter feito seu sucessor em 1995, entre as preocupações, quatro anos depois, de seu antigo colaborador, o atual prefeito de Londrina Nedson Micheleti, atualmente em seu segundo mandato, está contemplada a de limitar relativamente o raio de ação de importantes agentes defensores do “modo antigo” de doar, sem lhes passar explicitamente tal impressão. Para isso, simplesmente mantém atendidas as reivindicações financeiras das entidades que já existiam antes das reformas empreendidas por Márcia Lopes e ou que saíram ilesas da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Orçamento de 1992, que investigou o uso dos convênios da LBA para o desvio de verbas federais em cumplicidade entre centenas de entidades em todo o país e os deputados integrantes da comissão do orçamento no Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, estabelece um coeso e monolítico grupo de assistentes sociais com relevante participação administrativa ora como “núcleo duro” de seu governo, ora como soldados de uma burocracia insensíveis à crítica já disseminada sobre as políticas compensatórias, porque, enquanto estão no ofício de suas atribuições, legitimadas pela Constituição Federal e pela incontestável realização de uma atividade cujo paradigma profissional é a preocupação com o bem-estar biológico e social, bem como com a capacidade política e cidadã do “outro”, acabam dispondo “[...] de uma autoridade de função que [as] dispensa de conquistar e de confirmar continuamente sua autoridade e [as] protege das conseqüências do fracasso de sua ação religiosa.”<sup>120</sup>

<sup>118</sup> GREGORI, Op. Cit., p. 180.

<sup>119</sup> Idem, p. 178.

<sup>120</sup> Não se trata de uma “ação religiosa” propriamente dita. Bourdieu emprega o termo como metáfora para entender as relações que se dão nos diferentes “campos” dos espaços sociais. O termo pode indicar os aspectos místicos e sagrados que muitas vezes se manifestam em campos considerados laicos. BOURDIEU, Pierre. “Uma

A intenção destes burocratas do social, ao permitir a participação de “empreendedores” independentes, ou “representantes da sociedade civil organizada”, como preferem ser reconhecidos, em um jogo cuja definição e aplicação das regras são de monopólio destes burocratas, consiste, especificamente, em passar duas imagens diferentes sobre a legislação. Uma, objetiva, que é para o público atendido pelos abrigos coordenados pelos assistentes sociais e ou pelos filantropos dos albergues religiosos, afirma que em qualquer destas instituições haverá prestação de serviço assistencial quando requisitado, embora deva ficar claro para a criança e o adolescente que as instâncias decisórias, em situação de litígio, estão representadas em órgãos do governo e para o governo, como a Vara da Infância e Juventude ou o Conselho Tutelar. A outra, ambígua, destina-se aos próprios fundadores, dirigentes e voluntários das instituições que concorrem diretamente com a administração governamental pelos diferentes bens simbólicos que o atendimento à demanda assistencial proporciona, mostrando a eles que, apesar – sobretudo em função – da existência dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal, do ECA e da LOAS, é perfeitamente possível a coexistência dos serviços, sem explicitar que no fundo só existe um serviço, qual seja, o serviço de assistência social reformado, organizado, gerido e concedido como prática permitida a determinados atores (entidades ou pessoas) sob acordo de parceria subscrito pela Secretaria Municipal de assistência social. Diante dessas discussões torna-se fundamental especificar o “campo” no qual os agentes sociais considerados nas análises se movimentam.

#### 5.4 A expansão do “campo religioso”

Segundo Bourdieu, o espaço social da contemporaneidade explicita e dilui formas do religioso em diferentes segmentos, nos quais a disputa pelo poder é travada através de regras construídas, aperfeiçoadas, transformadas e respeitadas por novos “sacerdotes”, “profetas” e “feiticeiros” em busca de *clientes* hoje pouco satisfeitos com os tradicionais bens abstratos que se ofertam no restrito mercado do “campo religioso”, (pois começaram a “[...] pensar como pertencente à ordem do corpo coisas que até então costumavam ser imputadas à ordem da alma”<sup>121</sup>).

---

interpretação da teoria da religião de Max Weber” In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 90, 5ª edição.

<sup>121</sup> BOURDIEU, Pierre. “A dissolução do religioso”. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 122.

Será possível, igualmente, atribuir ao assistente social o papel reservado ao clérigo, “[...] cuja encarnação ideal-típica é o padre católico, como mandatário de um corpo sacerdotal que, enquanto tal, é detentor do monopólio da manipulação legítima dos bens de salvação e que delega a seus membros [...] o direito de gerir o sagrado.”<sup>122</sup> De uma maneira geral, esse “novo clérigo” não está concretizado apenas na figura do assistente social, mas também na do médico, psicanalista, psicólogo, sexólogo, que deslocam inconscientemente os atributos religiosos para espaços onde possam funcionar de maneira laicizada, espoliando parte dos “direitos de concessão” historicamente autorizados pela sociedade aos representantes da Igreja quanto aos “negócios” que envolvem a cura e a salvação das almas.

Por isso a retomada das discussões sobre economia política que Max Weber desenvolveu a respeito da religião enquanto um apropriado modelo de aplicação sociológica capaz de contribuir para a compreensão de distintas realidades sociais. Foi em um texto publicado em 1971, intitulado “Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber”, que Bourdieu explicitou alguns elementos constitutivos de seu arcabouço teórico, integrando ao conceito de *habitus* a noção de “campo”, pensado inicialmente como “campo religioso”.

O “campo” representativo de tantos contextos e processos histórico-sociais diferentes notabiliza-se, para Bourdieu, pela capacidade ordinária de seus componentes em estabelecer princípios de visão e de divisão sobre as relações que se firmam segundo a variabilidade e desigualdade com que os bens comuns a cada “campo” são negociados. “[...] o investimento em um jogo [“campo”], qualquer que seja ele, [...] é a condição de entrada nesse jogo. Há, portanto, tantos “campos” quantas são as formas de interesse.”<sup>123</sup> No “campo religioso” enquanto matriz classificadora de posições e condutas dos agentes sociais que a compõem, merecem crédito singulares personagens como os sacerdotes, os profetas e os feiticeiros. As ações por eles protagonizadas concentram-se na disputa pela oferta de variados “bens de salvação” aos leigos, que por sua vez avaliam a possibilidade de acesso e aquisição desses bens a partir de suas necessidades decorrentes da posição social que ocupam dentro do “campo”. Em questão, fica posto o caráter do trabalho religioso, atividade profissional exercida com fins de manutenção ou obtenção do monopólio de um “comércio da salvação”.

Porta-vozes da burocracia religiosa institucionalizada e aceita como referência a leigos de diferentes matizes sociais, os sacerdotes têm como prática central a elaboração de discursos cujo fim é a legitimidade da conduta sobre as coisas religiosas através da força e da autoridade (con)sagradas nos ritos do clero. Do lado oposto a essa “tecnocracia”,

---

<sup>122</sup> Idem, p. 120.

<sup>123</sup> BOURDIEU, Pierre. “Pontos de referência”. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 65.

apresentam-se duas frentes de contestação, representadas pelos profetas e pelos feiticeiros. Estes se prontificam a atender as demandas por magia que solucionem problemas de caráter mais imediato e pragmático dos leigos, geralmente através de remuneração direta e específica, para, por exemplo, rogar ou curar doenças do corpo e da alma, resolver imbróglios matrimoniais e dificuldades financeiras, prever o futuro, etc. Por meio de práticas que se generalizam em curas mágicas, os feiticeiros mantêm cativa uma *clientela* formada principalmente por leigos provenientes das classes dominadas e ou rurais, que embora levem em conta e se identifiquem com o poder religioso instituído – por lhe ofertarem os bens de salvação propriamente ditos, ou seja, a vida eterna, a vida após a morte ou um lugar no paraíso, (apesar de seletivamente também negociarem serviços mágicos) –, preferem delegar a solução de seus problemas de raiz material a um agente cuja atividade profissional não alcança os níveis de racionalidade exigidos entre as classes dominantes e ou urbanas. “Os interesses mágicos distinguem-se dos interesses propriamente religiosos pelo seu caráter parcial e imediato, e cada vez mais freqüentes quando se passa aos pontos mais baixos na hierarquia social [...]”<sup>124</sup>

A vulgaridade material manipulada durante a “prática mágica” e privada da feitiçaria, ao contrário da manifestação pública da moral burguesa contida nas prédicas dos agentes que estruturam e são estruturados pelo “serviço divino” da igreja oficial, não encontra concorrência no interior do espaço de reprodução mantido pelos sacerdotes, que se sustentam pela anexação, transformação, naturalização e continuidade da profecia de contestação – posteriormente transformada em “profecia de origem” – empreendida pelo corpo de sacerdotes como forma de barrar ou destruir seus concorrentes mais diretos. O processo de unificação das diferentes “empresas de salvação” em torno do culto de Iavé na antiga Palestina constitui-se em hipérbole paradigmática dessa tendência.

---

<sup>124</sup> BOURDIEU, Pierre. “Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber”. In: *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 84.

*“[...] como as condições políticas tornavam-se cada vez mais difíceis, os judeus que haviam depositado em sua obediência aos mandamentos divinos a esperança de uma melhoria futura de seu destino, começaram a julgar pouco satisfatórias as diferentes formas tradicionais de culto, e, em particular, os oráculos com respostas ambíguas e enigmáticas, de maneira que se fez sentir a necessidade de métodos mais racionais para conhecer a vontade divina e de sacerdotes capazes de praticá-los. Neste caso, o conflito entre esta demanda coletiva [...] e os interesses particulares dos sacerdotes de inúmeros santuários privados, encontrou na organização centralizada e hierarquizada do sacerdócio uma solução capaz de preservar os direitos de todos os sacerdotes, sem contradizer a instauração de um monopólio do culto de Iavé em Jerusalém.”<sup>125</sup>*

No caso dos agentes aqui considerados é possível afirmar que líderes filantrópicos como Júpiter Silveira, fundador e administrador de tradicionais entidades sem fins lucrativos, e que há pelos menos 25 anos se dedica à causa das crianças de rua como voluntário, ou André Luiz Vargas, ex-presidente de albergue e hoje eleito deputado federal pelo PT no Paraná, tiveram suas “profecias” absorvidas (eliminadas) através da honraria (no caso de Silveira, já que foi agraciado com o título de cidadão honorário pelos vereadores de Londrina) ou cooptação (de profeta, André Vargas transformou-se em sacerdote, pois no “campo político” acabou cooptado por parte daqueles que eram alvo de suas críticas) habilmente instrumentalizadas pelo *establishment* “religioso” local.

As estruturas de poder político e econômico que complementam e dão sentido às interações simbólicas entre os agentes do “campo” e os leigos (o público atendido pelas políticas assistenciais) se revelam “[...] pela força dos grupos mobilizados pelas duas instâncias concorrentes nas relações de força ‘extra-religiosas’.”<sup>126</sup> Em Londrina, esses grupos apresentam-se corporificados em instituições como a Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL); a prestadora de serviços de telecomunicações Sercomtel; a UNIMED e pelo grande número de ONG's que atuam na cidade<sup>127</sup>. Todos envolvidos com os projetos que funcionam em forma de parcerias entre o governo e a sociedade civil, corroborando novamente o diferencial de compartilhamento inaugurado em 1993 que garantia a essas empresas a posição de destaque e prestígio com a propaganda de suas “responsabilidades sociais”. Só que nesses casos, ao contrário do atual “profeta” Júpiter Silveira, que se sustentou

<sup>125</sup> Idem, p. 85.

<sup>126</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>127</sup> O Plano de Governo de Nedson Micheleti para seu segundo mandato (2005-2008) incluía o Projeto Londrina 1000 ONG's, cuja finalidade era estimular o desenvolvimento do Terceiro Setor, articulando-o com a formulação e o desenvolvimento de políticas públicas. No texto que esboça seu plano de governo a idéia era que “com o Projeto 1000 ONG's, Londrina se tornará modelo de cidade democrática, modelo de gestão pública”. Disponível

no interior das novas configurações do “campo da assistência social” graças à posse de expressivo capital político reconhecido e adquirido pelo efetivo trabalho assistencial – mágico – ao longo dos anos, o envolvimento dessas empresas se deu pelo financiamento direto dos projetos que a prefeitura empreendia, sem que elas tivessem qualquer ligação histórica com o trabalho assistencialista.

Portanto, além do capital político de antigos filantropos – “empresários da salvação” que agiam de maneira autônoma –, os assistentes sociais – “corpo sacerdotal” – profissionalmente organizados em torno da consolidação do novo modelo de gestão das políticas de assistência social – nova “empresa de salvação” – tiveram que levar em conta ao longo do segundo governo (2001-2004) municipal do PT no qual ocuparam um número considerável de cargos comissionados, o capital econômico de novos agentes que, a despeito de ocuparem posições simetricamente opostas às das crianças e dos adolescentes que usufruem dos projetos, transformam-se, como elas, em *clientes* dos setores dominantes específicos do “campo”.

*“Quanto mais avançado é o processo de institucionalização do capital político, tanto mais tende à conquista do “espírito” a subordinar-se à conquista dos postos e tanto mais os militantes, ligados apenas pela sua dedicação à “causa”, recuam em proveito dos “prebendados”, como lhes chama Weber – essa espécie de clientes, ligados ao aparelho de modo duradouro pelos benefícios e os ganhos que ele lhes garante, dedicados ao aparelho na medida em que este os mantenha com a redistribuição de uma parte do espólio material ou simbólico que conquista graças a eles [...].”<sup>128</sup>*

De qualquer forma, há na profecia concorrente uma intenção deliberada em desbanalizar a regularização dos procedimentos religiosos, bem como sua constituição hierárquica; criticar a sistematização pela qual os cultos são realizados, além de apontar caminhos alternativos aos dogmas que sustentam ideologicamente o clero. Enquanto “profetas”, tais agentes não dispõem mais da relativa imunidade comum aos feiticeiros contra a influência e poder destrutivo da igreja, pois representam, a partir de então, os interesses de uma “empresa de salvação” – uma seita – cujo peso e valor devem ser redimensionados pela burocracia estabelecida, monopolista, sobretudo, das disposições sobre as regras do mercado do “campo religioso”.

---

em [http://www.londrina.pr.gov.br/gabprefeito/gestao/projeto\\_ongs](http://www.londrina.pr.gov.br/gabprefeito/gestao/projeto_ongs).

<sup>128</sup> BOURDIEU, Pierre. “A representação política”. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 195.

Para Bourdieu, a possibilidade de manutenção das condições de concorrência possível à existência dos feiticeros dá-se pelo caráter autônomo de seu trabalho, mas, principalmente, pela realidade concreta das relações de poder que definem e distinguem as classes geradoras de demandas ora pelo seu serviço, ora pelos serviços de sacerdotes ou profetas que, segundo este autor, por darem “respostas (quase) sistemáticas e práticas” a setores intelectualizados das classes dominantes, interessados mais em legitimidade do que em cura mágica e imediata, manifestam uma posição de ambigüidade diante de seus concorrentes e de sua *clientela*.

O “campo religioso” está, obviamente, no cerne das questões filantrópicas que se manifestam durante a dádiva, principalmente porque foi através dele que a prática da esmola<sup>129</sup> transformou-se em instituição. No entanto, esse mesmo “campo”, especificamente o religioso, influi tanto sobre a prática quanto sobre a compreensão da prática assistencial. É a partir principalmente da religião e de todos os seus representantes que as iniciativas filantrópicas se generalizam e se infiltram no seio da sociedade. Apesar do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS ter sido instalado em 1938 no Brasil, as ações da assistência social continuaram tonalizadas pelos ideais cristãos e só ganharam legitimidade e autonomia com a Constituição de 1988. E mesmo assim, como as duas gestões do prefeito Nedson Micheleti demonstram, alguns “profetas” – que antes da profissionalização definitiva dos assistentes sociais poderiam ser vistos como “sacerdotes” – mantiveram de forma virtual seus poderes em função de conflitos excessivos que os dirigentes municipais não quiseram enfrentar caso os destituíssem abruptamente de suas posições no “campo assistencial”.

Por essa razão que não deve haver espanto quando em meio a sistemáticas críticas contra o governo Cheida e mais diretamente ao “aparelhamento” do PT quanto às diretrizes assistenciais na cidade em um período de pelo menos dez anos, se ouve de um dos mais importantes líderes da cruzada filantrópica local, o respeitado “Doutor Júpiter”, representante ímpar dos segmentos que não se importavam em praticar a dádiva à revelia do Estado e das políticas sociais, que “Nós das instituições só fomos nos equilibrar em termos de recursos com o governo do Nedson. Pra nós o Nedson é ótimo. Ele cumpre em dia exato com

---

<sup>129</sup> “A esmola é fruto de uma noção moral da dádiva e da fortuna, de um lado, e de uma noção do sacrifício, de outro. A liberalidade é obrigatória, porque Nêmesis vingará os pobres e os deuses pelo excesso de felicidade e riqueza de alguns homens que devem desfazer-se delas: é a velha moral da dádiva transformada em princípio de justiça; e os deuses e os espíritos consentem que a porção que lhes dão e que são destruídas em sacrifícios inúteis sirvam aos pobres e às crianças. Temos aqui a história das idéias morais semitas. A *sadaka* [caridade] árabe é, na origem, assim como a *zedaga* hebraica, exclusivamente a justiça; e ela se tornou a esmola. Pode-se mesmo datar da época mixnaica, com a vitória dos “Pobres” em Jerusalém, o momento em que nasce a doutrina da caridade e da esmola que fez a volta ao mundo com o cristianismo e o islã. É nessa época que a palavra *zedaga* muda de sentido, pois ela não queria dizer esmola na Bíblia.” MAUSS, Op. Cit., pp.208-209.

as verbas que ele prometeu e a que nós conquistamos.”<sup>130</sup> Assim, se o “campo religioso” sofre um processo de dissolução, as atividades profissionais que absorveram as características da prática religiosa também se dividem de acordo com os interesses de classe correspondentes à divisão dos interesses dos serviços religiosos entre dominantes (administração municipal) e dominados (filantropos).

---

<sup>130</sup> Entrevista concedida em 04 de agosto de 2005, em Londrina, Pr., p. 04.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma avaliação panorâmica sobre em que grau de estabilidade política, em Londrina, o “campo da assistência social” se encontra, e como suas implicações nos espaços de interesse público aos quais seus agentes se associam podem ser determinadas, demanda, naturalmente, distintas argumentações. Ao levar em conta o enredo que aqui se alinhavou por sobre a fragilidade de um tecido social mantido pela pobreza e a delinqüência de crianças e adolescentes, pareceu pertinente retornar, com abordagens complementares, a três pontos decisivos. O primeiro se refere à capacidade de sobrevivência e adaptação que os representantes de Antônio Belinatti tiveram no contexto das novas políticas sociais em Londrina. O segundo diz respeito a prováveis alterações no sistema decisório de um poder local provocadas pela cristalização de um corpo de assistentes sociais no poder. E o terceiro traz à tona a possibilidade de manifestação da dádiva no interior do Estado burocrático brasileiro.

Em outubro de 2006, os assistentes sociais estatutários da Prefeitura Municipal de Londrina tiveram um reajuste salarial em torno de 90%. Essa decisão do executivo calou fundo no segundo e mais extenso movimento de greve da história do funcionalismo local que o Sindicato dos Servidores Municipais de Londrina (SINDSERV) liderou, sob a gestão de diretores ligados à oligarquia política do atual Deputado Estadual pelo Partido Progressista (PP), o ex-prefeito Antônio Belinatti. Saber se a reposição salarial de 27% que se destacava na pauta de reivindicações, exigida para todos os sete mil funcionários públicos que compunham a folha de pagamento do município, era ou não plausível, ou se o executivo tinha ou não recursos para abrir negociação sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), são questões que ficaram a reboque de uma disputa marcada pela inédita inversão de posições entre os dois grupos políticos com maior poder de mobilização da cidade. Tudo isso porque o SINDSERV, que histórica e ironicamente havia sido dirigido somente por agentes do PT ligados à “profissionalização” e à “racionalidade” administrativas características da coligação “Londrina na Frente”, servia agora, enquanto estratégico instrumento de poder, como palco eleitoral operacionalizado pela pequena oposição “belinatista”, formada pelos vereadores Marcelo Belinatti (PP), Sandra Graça (sem partido) e Renato Silvestre de Araújo (PP), contra os herdeiros políticos de Luiz Eduardo Cheida.

Com o título, “A maior rede de proteção social da história de Londrina”, a administração municipal iniciou uma grande campanha publicitária logo depois de ter dado tratamento diferenciado a uma categoria profissional justamente no momento em que os demais funcionários da prefeitura participavam de um movimento grevista com pauta homogênea de reivindicação. Como forma de justificar o reajuste três vezes maior que os assistentes sociais haviam ganhado, quando comparado ao pedido negado de reposição encaminhado pelo comando de greve ao executivo municipal, a divulgação das “Novas faces da Assistência Social”, como aparecia anunciado em vários outdoors e em cadernos suplementares distribuídos por jornal de grande circulação local, buscava suplantar as críticas direcionadas à explícita demonstração de privilégios ao setor mais influente do serviço público da cidade e, ao mesmo tempo, impedir a consolidação de uma conjuntura favorável à retomada carismática de Belinatti.

O clímax dessa disputa se deu com o “descontentamento” do Conselho Regional de Serviço Social – 11ª Região (CRESS), manifestado em carta pública<sup>131</sup>, a cerca das declarações que Sandra Graça havia feito em plenário em relação à categoria dos servidores assistentes sociais de Londrina. Em virtude da determinação de se diminuir de 200 para 93 o número de deficientes físicos usuários do transporte especial disponibilizado pela prefeitura, a vereadora, com um comentário um tanto ressentido e interessado, esperava “[...] que as assistentes sociais que querem aumento tenham vergonha na cara dos [pelos] laudos que fizeram para essas mães de deficientes. O meu voto nesse aumento elas não terão. Não interessa se elas tomam conta do Bolsa Família, [ou] que estão lá na base e vão falar mal da Sandra Graça.”<sup>132</sup> Por certo, não se pode buscar nesse comentário uma absoluta convergência dos antagonismos práticos e ideológicos entre as gestões de Belinatti (1989-1992; 1997-1999) e as da assistência social petista (1993-1996; 2000-2003; 2004-2007). No entanto, a preocupação do CRESS em descrever o compromisso com a sociedade em todo o histórico de serviços prestados pelos assistentes sociais na cidade, tão logo uma crítica oposicionista relacionasse as competências assistenciais ao reajuste salarial de 90%, denota o constante estado de alerta em que ambas as partes se encontravam. Como reafirma a carta do CRESS, a exemplo da capacidade legitimadora comum a todas as descrições genealógicas, “Esta categoria foi a principal protagonista na trajetória histórica de passagem da assistência social como benesse e filantropia, para a política pública de Assistência Social.”<sup>133</sup>

<sup>131</sup> JORNAL DE LONDRINA, Informe publicitário, p. 03, 29/10/06.

<sup>132</sup> Disponível em <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=250432>>.

<sup>133</sup> Idem.

Um dos procedimentos incondicionais do educador funcionário dos abrigos, ao final de seu expediente de trabalho, é o de relatar, por escrito, tudo o que aconteceu durante o seu plantão. Esta prática é obrigatória e existe desde que as primeiras unidades de atendimento foram implantadas, em 1993. O conteúdo destes relatórios contempla uma rica variedade de episódios engendrados na casa. Armazena, por assim dizer, detalhes minuciosos a respeito do cotidiano do abrigo. Mas mesmo sendo o documento que mais abundantemente revelaria a concreta realidade do jogo social praticado no “campo da assistência social” voltado para a *clientela* infanto-juvenil, não foi objeto de autorização por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social para que pudesse integrar o conjunto das fontes documentais ao qual se baseou os principais argumentos deste trabalho. A assistente social Nívia Maria Polezer, antiga coordenadora do Projeto Casa Abrigo, e atualmente Diretora de Proteção Social Especial, divisão à qual o referido Projeto pertence, foi quem temeu pelos efeitos que a publicização dos conteúdos dos relatórios pudesse ter diante da opinião pública. A justificativa usada pela diretora para indeferir o pedido de consulta descrito no requerimento que se protocolou na Secretaria, apoiou-se na lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Em seu artigo 4º, afirma-se que

*“Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.”*

O livre acesso que algumas estagiárias de Serviço Social tinham para consultar os relatórios dos plantonistas dos abrigos – e até levá-los para casa sem data prevista de devolução – como base para a elaboração de seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), não estava submetido à legislação como esteve o pedido deste pesquisador. E mesmo assim, a “inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem”, fosse das crianças que moravam nos abrigos, ou de qualquer profissional que lá trabalhava não iria ser quebrada, pois estava previsto no requerimento que a pesquisa passaria pelo crivo do Conselho de Ética Universitário e que os nomes de todos os agentes pesquisados, como é de praxe, seriam omitidos ou substituídos por outros fictícios. Como na política, em que o aumento da força do partido se concretiza em detrimento da sua originalidade, a verdade, aqui, residia no caráter corporativo que o tempo e o costume foram pouco a pouco

alimentando. Para impedir que os “de fora” tomassem por objeto a estrutura de poder à qual estavam submetidas as regras do jogo impostas aos “de dentro”, a opção mais ponderada foi se prevenir de apontamentos críticos sobre o grau de eficácia dos abrigos. “[...] quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição.”<sup>134</sup>

A principal disposição do *habitus* do “campo da assistência social” é, sem dúvida, a generosidade. Entretanto, onde encontrar a “verdadeira” generosidade isenta de interesses, fora dos espaços dos vínculos primários (família, amigos) descritos por Godbout? Ou, existe dádiva nas práticas estatais e de mercado? Para usar um argumento do próprio Godbout, depende da precisão com que as regras que regem tanto o Estado quanto o mercado são formuladas.<sup>135</sup> Em países como o Brasil, onde a estrutura nacional das políticas de assistência social só foram se ordenar em 2005, com a implantação do SUAS, os vínculos mais fraternais dos mais profissionais dos assistentes sociais estiveram sempre por subverter a ordenação burocratizada dos projetos. Para não se afastar do objeto da pesquisa, basta acompanhar as reclamações de uma das coordenadoras dos projetos sociais desenvolvidos durante a gestão Cheida, em 1994, sobre as constantes “quebras de protocolos” de sua chefe.

*“[...] a Márcia [Lopes] [...] intervém demais [...] ela tem vínculo com todo mundo, todo mundo sabe o telefone, sabe onde ela mora, tem o número do telefone celular, da casa da mãe, da casa de não sei de quem... Conhece a vida dela de trás pra frente, de frente pra trás, e é complicado nesse sentido a intervenção, porque sempre eles ligam pra ela pra ta colocando o que ta acontecendo, que mudou, que não pode entrar visita, que não sei o que... Então eles sempre vão chorar pra ela porque eles sabem que ela vai falar com a gente.”<sup>136</sup>*

Difícil mensurar a gratuidade do vínculo de Márcia Lopes com os de Júpiter Silveira quando visitava os moradores da Favela Marísia no final dos anos 1980. Mais profícuo é estabelecer os mecanismos sociais que trazem em seu bojo o que Bourdieu chama de “lógica do desinteresse”, inscrita em uma “[...] economia dos bens simbólicos [...] que se fundamenta na denegação do interesse e do cálculo, ou, mais precisamente, em um trabalho

<sup>134</sup> BOURDIEU, Op. Cit., p. 29.

<sup>135</sup> GODBOUT, Op. Cit., p. 13.

<sup>136</sup> ENTREVISTA concedida por educador. In: JUNGES, Clarice. *A cidade-mãe e sua prole: estudos das representações dos educadores e meninos de rua de Londrina*, 1994. Trabalho de conclusão de curso, p. 166.

coletivo de manutenção do desconhecimento [...]”<sup>137</sup> Essa naturalização da dádiva, pelo *habitus*, passa a ter como princípio uma *expectativa coletiva*, entendida como o intervalo de tempo percorrido entre o ato de dar até o momento em que se reconhece essa doação ou, o que dá no mesmo, se submete ao doador. A partir desse raciocínio faz sentido afirmar que a dádiva se pauta em uma desigualdade alternada<sup>138</sup>, uma vez que o tempo que se espera para a retribuição define a dignidade do recebedor, desde que ele de fato retribua.

As crianças e adolescentes do Projeto Casa Abrigo vivem em uma constante assimetria durável quanto às relações de troca que estabelecem com os educadores e assistentes sociais. Por isso, “[...] a própria esperança de uma reciprocidade ativa, condição de possibilidade de uma verdadeira autonomia, são de natureza a criar relações de dependência duráveis, variantes eufemizadas [...]”<sup>139</sup> como “crianças de rua”, de “risco social” ou de “vulnerabilidade social”.

Esses eufemismos, enfim, propagam-se para os vários segmentos da sociedade brasileira, escamoteando a existência de uma continuidade no tratamento utilitarista que os setores governamentais e a sociedade civil dão às suas *clientelas*, pois, superficialmente, passam a impressão que a qualidade no atendimento às crianças e adolescentes melhorou, já que os termos empregados para denominá-los foram lentamente polidos e de seu bojo a pecha discriminatória igualmente apagada, dando lugar a um conjunto conceitual que quando visto para além de sua aparência, apresenta novamente a possibilidade de lucros simbólicos por parte dos agentes que o formula.

---

<sup>137</sup> BOURDIEU, Pierre. “Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom”. *Mana*, v. 2, n. 2, pp. 07-20, out. 1996.

<sup>138</sup> GODBOUT, Op. Cit., p. 44

<sup>139</sup> BOURDIEU, Op. Cit., p. 15.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Jolinda de Moraes. *História da Assistência Social aos pobres em Londrina: 1940-1980*. São Paulo: Unesp, 2002. Tese de Doutorado.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa & VALLADARES, Licia do Prado. “Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura”. *BIB*, v.26, p. 3-37, 1988.

\_\_\_\_\_. “Meninos de rua e criminalidade: usos e abusos de uma categoria” In: Neide Esterici; Peter Fry; Mirian Goldenberg. (Org.). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001, v. , p. 17-340.

AGULHON, Maurice [et al.]. *Ensaio de ego-história*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

ARRETCHE, Marta T. S. “Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo”. *Rev. bras. Cie. Soc.* [on-line], jun. 1999, vol.14, no.40 [citado 26 Maio 2005]. Disponível em <http://www.scielo.br>.

\_\_\_\_\_. “Relações federativas nas políticas sociais”. *Educ. Soc.* [on-line]. set. 2002, vol.23, no.80 [citado 26 Maio 2005], Disponível em <http://www.scielo.br>.

ÁVILA, Zé de. *Dádiva*. Pouso Alegre, MG: Tipografia Escola Profissional Pouso Alegre, S/D.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

\_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. “Esboço de uma teoria da prática”. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. “Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom”. *Mana*, v. 2, n. 2, pp. 07-20, out. 1996.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CELINA, Souza. “Federalismo e gasto social no Brasil: Tensões e tendências”. *Lua Nova*, nº 52, 2001, pp. 5-28.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CONNIFF, Richard. *História Natural dos ricos*. Rio de Janeiro: JZE, 2004.

DRAIBE, Sônia Miriam. “A política social no período FHC e o sistema de proteção social”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, nº 2, nov. 2003.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: JZE, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GODBOUT, Jacques T.. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos de rua*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GUARÁ, Isa M. Ferreira da Rosa...[et. Al.]. *Trabalhando abrigos*. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: SAS/MPAS, 1998.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário.” In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela. “Assistente Social: profissional da coerção e do consenso?”. In: *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico*. São Paulo: Cortez, 1992.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, 3ª ed.

LEFORT, Claude. “A troca e a luta dos homens”. In: *As formas da história*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva” In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MESTRINER, Maria Luíza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTEIRO, Paula. “A casa Kabyle na perspectiva estruturalista de Pierre Bourdieu”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, nº 8, 1999, p. 141-145.

REIS, Leticia Isnard Graell. “Jovens em situação de risco social” In: ALVIM, M. R. B. (Org.) *Juventude Anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. v. 01, pp. 81-102.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. *Rotary Club: habitus, estilos de vida e sociabilidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

WOORTMANN, Klaas. “A etnologia (quase) esquecida de Bourdieu, ou o que fazer com heresias”. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 19, n. 56, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Editora Escuta; Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. “Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas”. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.12, n.35, pp.29-48, out. 1997.

## FONTES DOCUMENTAIS

ABRAMO, Cláudio Weber. “Compra de votos nas eleições de 2006, corrupção e desempenho administrativo”. Relatório de pesquisa feita pelo IBOPE Opinião para a Transparência Brasil e a União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e controle. Fevereiro de 2007. Disponível em *www.transparência.org.br*.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – Promulgada em 5 de outubro de 1988.

ISCURSO – Do vereador Beto Scaff (PFL – Partido da Frente Liberal) na Câmara de Vereadores de Londrina, em 26/11/2004.

ENTREVISTA concedida por educador. In: JUNGES, Clarice. A cidade-mãe e sua prole: estudos das representações dos educadores e meninos de rua de Londrina, 1994. Trabalho de conclusão de curso.

ENTREVISTA concedida por Júpiter Viloz Silveira em 10/08/2005.

INFORME PUBLICITÁRIO – A maior rede de proteção social da história de Londrina, 2006.

INFORME PUBLICITÁRIO – Londrina Cidade Criança: Ação Social 93/94.

INFORME PUBLICITÁRIO – Uma conquista da cidade! Londrina: referência nacional em políticas sociais, 2006.

1º CONGRESSO DE EDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PESSOAL E SOCIAL. Investidores/Entidades. Mesa Redonda. *Guarda Mirim de Londrina*, 2004.

JORNAL DE LONDRINA

JORNAL FOLHA DE LONDRINA

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JUNHO DE 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social

LEI Nº 9.276, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2003 – Confere o Título de Cidadão Honorário de Londrina a Júpiter Viloz Silveira.

LOPES, Márcia Helena Carvalho. *A construção da política de assistência social pública: uma gestão democrática em Londrina-PR*. PUC – São Paulo, 1999. (Dissertação de mestrado)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO/*Ipea*. O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.

PERFIL: ANDRÉ LUIZ VARGAS – <http://www.andrevargas.com.br>

PERFIL: LUIZ EDUARDO CHEIDA – <http://www.cheida.com.br>

PERFIL: PAULO BERNARDO SILVA – <http://www.planejamento.gov.br>

PLANO DE GOVERNO PARA O MUNICÍPIO DE LONDRINA (2005-2008). Disponível em [http://www.londrina.pr.gov.br/gabprefeito/gestao/projeto\\_ongs](http://www.londrina.pr.gov.br/gabprefeito/gestao/projeto_ongs).

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – Plano de atividades e cronograma do Projeto Casa Abrigo, Janeiro de 2001.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – Regimento Interno do Projeto Casa Abrigo. 25/07/2000

PRÊMIO PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA 2004 – Fundação Abrinq

REVISTA CARTA CAPITAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: HISTÓRICO – <http://www.londrina.pr.gov.br>

III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LONDRINA –  
Consolidação da Assistência Social como política pública. 1999.

V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LONDRINA – Lei  
Orgânica de Assistência Social: 10 anos de conquistas e desafios. 2003.